

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CLUBES SÓCIO RECREATIVOS E OUTROS LUGARES DE LAZER
EM ARACAJU (1888-1915)**

Jéssica Messias dos Santos

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

JÉSSICA MESSIAS DOS SANTOS

**CLUBES SÓCIO RECREATIVOS E OUTROS LUGARES DE LAZER
EM ARACAJU (1888-1915)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237c Santos, Jéssica Messias dos
Clubes sócio recreativos e outros lugares de lazer em Aracaju :
poder, distinção, e hierarquia social (1888-1915) / Jéssica Messias
dos Santos ; orientador Augusto da Silva. – São Cristóvão, SE,
2019.
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de
Sergipe, 2019.

1. História. 2. Lazer – Aspectos sociais. 3. Clubes. 4. Carnaval
- Sergipe. I. Silva, Augusto da, orient. II. Título.

CDU 94:379.8(813.7)

JÉSSICA MESSIAS DOS SANTOS

**CLUBES SÓCIO RECREATIVOS E OUTROS LUGARES DE LAZER
EM ARACAJU (1888-1915)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva.

Aprovada em 23 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Augusto da Silva (UFS)
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Fábio Maza (UFS)
Examinador Interno

Prof. Dr. Waldefrankly Rolim de Almeida Santos (SEDUC)
Examinador Externo

“O lazer, eis a maior alegria e a mais bela conquista do homem”

Rémy de Gourmont

Dedico esta dissertação a todos os pesquisadores que sofreram ou sofrem com transtornos psicológicos. Aos que conseguiram concluir, e também aos que ficaram pelo caminho.

AGRADECIMENTOS

É uma enorme felicidade e um verdadeiro alívio poder chegar até o final desta pesquisa, diante de algumas dificuldades superadas ao longo do processo de elaboração da presente dissertação. Sendo assim, só tenho a agradecer a todas as instituições e pessoas que foram essenciais para a conclusão dessa etapa em minha vida acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro no primeiro ano do curso, pois, sem ele não teria sido possível a minha permanência. Ao corpo docente do PROHIS por todo apoio técnico.

Ao professor Augusto da Silva que mais que um bom orientador, é um grande ser humano e amigo, no sentido mais nobre do termo. Sou grata pelas orientações e também pelas broncas, quando se fez necessário, mas sobretudo pela acolhida e incentivo nos momentos mais difíceis.

Ao professor Samuel Albuquerque pelo apoio, paciência e amizade.

Aos professores Lourival Santana e Frank Marcon pelas excelentes contribuições na banca de qualificação.

Aos professores Fábio Maza e Waldefranklin Rolim pelas elucidações acolhedoras que tanto acrescentaram a essa pesquisa na banca de defesa.

Agradeço de coração ao professor Nascimento por todo o incentivo e amizade que direcionou a mim nesse período de pesquisa.

Ao professor Jorge Carvalho por me fazer acreditar que seria possível.

Agradeço aos colegas de curso, hoje amigos para a vida: Airles, Andrea, Raianne, Willian e Amanda, pelas discussões relevantes no decorrer das disciplinas cursadas e também pela parceria e amizade que fez toda a diferença nesse processo.

À minha família, sobretudo, a Géssica Rosa, minha companheira de vida, por todo cuidado e apoio que sempre tem comigo, principalmente, durante esses dois longos anos de pesquisa.

A equipe de funcionários do Arquivo público do estado de Sergipe – APES, onde eu estive por muitas manhãs e fui muito bem auxiliada pelo Professor Milton e pelas senhoras Branca e Raquel.

Aos funcionários da Biblioteca Epifânio Dória – BPED, em especial ao senhor Tito que sempre me recepcionou com um grande sorriso e muita gentileza ao me auxiliar na busca dos documentos perdidos. Nesse espaço de pesquisa e leitura tive a oportunidade de conversar algumas vezes com o senhor Pedrinho Santos, *in memória*, e receber dele informações acerca das suas lembranças juntamente com indicações de leitura de algumas revistas de difícil acesso.

Agradeço principalmente a Deus, que para mim é a energia suprema que me fortalece todos os dias.

RESUMO

Esta pesquisa busca identificar e analisar os espaços de lazer, públicos e privados na cidade de Aracaju entre 1888 e 1915. Entendemos que os espaços de lazer constituem-se como lugares privilegiados para a compreensão das diferenças e mesmo dos conflitos sociais de determinado tempo histórico. Nossa hipótese de trabalho é que no período pós-abolição houve um processo de disciplinamento e ordenamento das manifestações de lazer na sociedade brasileira – no caso aqui em foco, a cidade de Aracaju – que se materializa na regulamentação da festa do carnaval e na constituição de vários clubes recreativos privados ligados ao esporte, ao lazer e ao entretenimento público de uma maneira geral.

Palavras-chave: Lazer; Clubes-recreativos; Distinção; Aracaju.

ABSTRACT

This research seeks to identify and analyze the public and private spaces of the city of Aracaju between 1888 and 1915. We understand that Spanish spaces constitute privileged places for two different conflicts of a given historical period. Our working hypothesis is that no poster-abolition has had a period of disciplinary process and ordering of manifestations of the Brazilian national society - this is not the case here, in the city of Aracaju - that materializes in the regulation of carnival and the constitution of Private leisure clubs linked to sports, sports and public entertainment of a general administration.

Keywords: Leisure; Recreational clubs; Distinction; Aracaju.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Jornais produzidos em Aracaju nos anos de 1889 a 1910.....	37
---	----

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa da Rede de abastecimento de água de Aracaju em 1915	28
Figura 2: Casebres do Curral próximo a Av. Pedro Calazans.....	29
Figura 3: Tabela de descontos da empresa Carris Urbanos.....	33
Figura 4: Rua de São Cristóvão na década de 1910.....	34
Figura 5: Parque Teófilo Dantas (sem data)	46
Figura 6: Sede do Cotinguiba Sport Clube.....	81
Figura 7: Jogadores de futebol do Cotinguiba Sport Club	83
Figura 8: Clube Esportivo Sergipe	84

LISTA DE SIGLAS

APES – Arquivo Público Estadual de Sergipe

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Doria

BNDigital – Biblioteca nacional digital

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
ARACAJU E A CONSTRUÇÃO DOS SEUS ESPAÇOS DE LAZER	20
1.1 – A cidade capital de Sergipe no início da República	20
1.2 Tempos do trabalho e do lazer	39
1.3 Concepções e ordenamento dos espaços de lazer em Aracaju	43
1.4 Os Lugares de Divertimentos Aracajuanos	48
CAPÍTULO II	
O CARNAVAL EM ARACAJU	52
2.1 O início dos festejos carnavalescos em Aracaju	52
2.2. O Carnaval aracajuano no Regime Republicano	67
CAPÍTULO III	
OS CLUBES SÓCIO RECREATIVOS EM ARACAJU	71
3.1 Início das Associações Recreativas em Aracaju	71
3.2. Clube Esperanto	72
3.3. Club Recreio Sergipano	75
3.4 Cotinguiba Sport Club	80
3.5 Sergipe Sport Clube	83
3.6 Demais clubes e associações	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
FONTES	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

Buscamos nesta pesquisa identificar, analisar e compreender os espaços de lazer, públicos e privados na cidade de Aracaju entre 1888 e 1915. Entendemos que os espaços de lazer constituem-se como lugares privilegiados para a compreensão das diferenças e mesmo dos conflitos sociais de determinado tempo histórico.

Nossa hipótese de trabalho é que no período pós-abolição houve um processo de disciplinamento e ordenamento das manifestações de lazer na sociedade brasileira – no caso aqui em foco, a cidade de Aracaju – que se materializa no ordenamento e regulamentação da festa do carnaval e na constituição de vários clubes recreativos privados ligados ao esporte, ao lazer e ao entretenimento público de uma maneira geral.

Busca-se observar, nesse período de pós-abolição, como nos espaços de lazer, públicos e privados, grupos foram incluídos e excluídos. Sabemos que esse processo de inclusão e exclusão não se sustenta apenas pelas clivagens econômicas; diferenças sociais e, sobretudo, culturais são utilizadas para construir e legitimar as assimetrias entre os indivíduos e grupos na sociedade. Ser alfabetizado ou não, o local de moradia (se dentro do espaço urbano ou fora dele), o vestuário, o gênero, a cor da pele, dentre tantos outros traços socioculturais contavam para definir se o indivíduo podia ou não participar de determinado evento festivo ou de lazer.

Em um artigo com o sugestivo título de “A *Belle Époque* caipira” os autores¹ chamam a atenção para o processo de assimilação da modernidade e sua articulação com valores tradicionais em cidades mais periféricas. Entendemos que esse deve ser um caminho a seguir. Perceber como que essa elite fundada no patriarcalismo, no patrimonialismo e recém egressa da ordem escravocrata (pelo menos formalmente) buscava agregar os valores modernos.

Nosso objetivo é identificar e analisar nos discursos da elite aracajuana, sobretudo aqueles manifestos nas leis municipais e na imprensa, os traços culturais, códigos, regras e símbolos que ordenam e indicam condutas sociais “corretas” nas

¹ DOIN, José Evaldo de Mello *et al.* A *Belle Époque* caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930). **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, n. 53. São Paulo, jan/jun, 2007.

formas de divertimento, de maneira a demarcar hierarquias e consolidar estruturas de poder.

Nem sempre as pessoas têm consciência de que estão sob a força de um poder que é manipulador, que, no entanto, não se serve da violência física ou coercitiva, mesmo que necessite da cumplicidade dos que o exercem e dos que sofrem a sua influência. É esse poder que se camufla nos costumes, na moda, nas orientações da imprensa, que por sua vez influencia a construção dos valores de conduta, das normas e dos juízos de valor. São processos complexos que não se explicam apenas pela imposição do alto – pelos grupos dominantes –, mas por disputas entre diferentes grupos.

O objeto de investigação que apresentamos pressupõe uma perspectiva histórica e alguns conceitos que precisam ser melhor explicitados.

A noção de “história cultural” tomada não se restringe aquilo que poderíamos denominar de “trabalho intelectual do homem” (música, literatura, pintura, escultura, teatro, educação e saberes técnicos e científicos), mas a “um sistema de significações” envolvendo “*todas as formas de atividade social*”.² Seguimos, assim, o antropólogo Clifford Geertz, que entende a cultura como

um padrão de significados transmitido historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.³

Nossa perspectiva de história, tomando por base as formulações teóricas de Julio Aróstegui, pressupõe também a noção de “totalidade” histórica. Não se trata de procurar dar conta dessa totalidade, mas ter a compreensão de que o objeto a ser estudado está imerso nela. Uma totalidade que pode ser compreendida em dois sentidos: como indivisibilidade – “a história é formada pelo *processo temporal global da sociedade*”, não podendo ser dividida em partes; e como sistêmica, ou seja, “não pode haver um desenvolvimento ou processo de mudança de um setor ou parte da

² WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 13. Grifo do autor.

³ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 66.

sociedade sem que tal processo afete a todas as demais partes ou setores dessa mesma sociedade”⁴. Dito isso, é indispensável para o bom encaminhamento da pesquisa a compreensão (tanto quanto for possível) dos processos sociais, políticos e econômicos que envolvem nosso objeto de investigação.

Outros conceitos ocupam posição central em nossa proposta de trabalho, dentre os quais destacamos: “poder”, “distinção”, “hierarquia social” e “elite”.

O “poder”, ou, mais especificamente, o “poder social” é entendido aqui não como uma coisa, ou algo que se possui, mas como uma relação entre pessoas; designa a capacidade ou a possibilidade de determinada pessoa ou grupo de agir, de produzir efeito, sobre outra(s) pessoa(s).⁵ Em nosso caso, trabalharemos mais com a noção de “poder simbólico”, esse poder que, segundo Pierre Bourdieu, “se deixa ver menos”; que, embora ignorado, é reconhecido.

O poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (...) é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social).⁶

A construção dos valores de conduta, das normas e dos juízos de valor, são processos complexos que não se explicam apenas pela imposição do alto – pelos grupos dominantes –, mas por disputas entre diferentes grupos para a definição do que é certo e errado, justo e injusto etc. A imposição de normas por meio das instituições políticas e sociais e da mídia podem ser assimiladas ou rejeitadas. A existência dos *outsiders* é sempre fundamental para reforçar os poderes do centro e seus padrões de “normalidade”. Para Bourdieu,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que

⁴ ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 292-293. Grifo do autor.

⁵ STOPPINO, Mario. “Poder”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: EdUnB, 2000, p. 933-934.

⁶ BOURDIEU, Pierre, **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 7-9.

contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica).⁷

Dessa maneira o “poder simbólico” ajuda a construir e legitimar as “hierarquias sociais”.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

A ideia de “distinção” seja em qual for a esfera – do conhecimento, do gosto (artístico, gastronômico...), do entretenimento, das maneiras de se vestir, do corpo, do comportamento social – é central na conformação das “hierarquias sociais”. Referindo-se à distinção no campo artístico, afirma Bourdieu:

À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. (...)

A definição da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua ideia sobre cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte (...).

É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais.⁸

Em certa medida, essa relação entre cultura, política e sociedade já havia sido posta por Norbert Elias em seu clássico e inovador livro *O processo civilizador*, chamando a atenção para a função que a etiqueta e os “bons costumes” exerceram nas diferenciações de classe e consolidação do Estado Moderno.⁹

⁷ Ibid., esta e a cit. seguinte na p. 11.

⁸ BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk, 2015, p. 9 e 14.

⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, em dois volumes. O primeiro, dedicado à história dos costumes; o segundo, à formação do Estado e da civilização.

O termo “elite” em nossa pesquisa não se fixa no grupo dos “governantes” da cidade, ou dos mais abastados economicamente, mas naqueles que exercem o poder ordenador por meio dos códigos legais e dos formadores de opinião (a mídia). Por certo, muitas vezes esses grupos podiam ser os mesmos, ou pelo menos, manter entre si, direta ou indiretamente, vínculos de interesses.

Desde princípios do século XIX, nos diz Raymond Williams,

‘elite’ expressava principalmente uma distinção social por meio da posição, mas também podia ser utilizada para referir-se a distinções no interior de um grupo. (...) À medida que se desenvolveu nesse sentido, *elite* tornou-se praticamente equivalente a “melhor” e, nas novas condições da sociedade oitocentista, foi importante na incerteza geral sobre outros tipos de distinção, como expressos em *posição, ordem e classe*.¹⁰

A nossa proposta é de compreender os espaços de lazer na cidade de Aracaju em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e urbanísticos no início da República brasileira, no qual a nossa pesquisa encontra-se inserida, com a proposta de identificar e analisar nos discursos da elite aracajuana, sobretudo aqueles manifestos nas leis municipais e na imprensa, os traços culturais, signos e símbolos que ordenam e indicam condutas sociais como forma de demarcar hierarquias e consolidar estruturas de poder.

Para tanto trabalharemos com matérias de jornais que circulavam no período de 1888 a 1915 disponibilizados através do *site* da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e alguns Estatutos de clubes sócio recreativos, Regulamentos de Higiene, Asseio Público e Relatórios dos Presidentes de Estado que se encontram no acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória e Arquivo Público do Estado de Sergipe.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro – Aracaju e a construção dos seus espaços de lazer – fazemos uma contextualização histórica da cidade de Aracaju na Primeira República, destacando a formação dos espaços de lazer citadinos.

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. “Elite”. In: Id. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 150.

No segundo – O carnaval em Aracaju –, apresentamos, com base sobretudo nos jornais, as primeiras manifestações carnavalescas da cidade, identificando o processo de substituição da festa mais popular e livre do Entrudo pela festa mais ordenada e disciplinada do carnaval de blocos.

No terceiro e último capítulo – Os clubes sócio recreativos em Aracaju – trazemos um pouco da história dos principais clubes recreativos na cidade, analisando as regras, normas e códigos estabelecidos pelos estatutos para o seu funcionamento e definição do perfil dos seus sócios.

Ao longo do trabalho transcrevemos as fontes tal e qual se encontravam nos documentos, entretanto, para não prejudicar a leitura e compreensão, atualizamos algumas palavras para a ortografia vigente.

CAPÍTULO 1

ARACAJU E A CONSTRUÇÃO DOS SEUS ESPAÇOS DE LAZER

1.1 – A cidade capital de Sergipe no início da República

Campo privilegiado de investigação histórica as cidades sempre despertaram curiosidade, seja por sua administração política seja por suas manifestações culturais, mas, principalmente, por se tratar de lugar específico do convívio social urbano e/ou “civilizado”. Com a propagação das questões modernistas, a partir dos anos 1930, houve grandes transformações nas estruturas e usos da arquitetura urbana. Essas mudanças despertaram também para novas questões sobre a complexidade da vida social em todas as suas dimensões – política, econômica, cultural e simbólica a serem problematizadas pelas ciências humanas, entre elas a História.

No Brasil, o amadurecimento do estudo sobre cidades se deu a partir dos anos 1980 e 1990, com a consolidação de cursos de pós-graduação¹¹ o que possibilitou a aproximação com métodos de pesquisas de outras áreas. Tal estudo nos possibilita a compreensão de determinada experiência histórica no tempo. Por meio de seus múltiplos discursos – institucionais, políticos, legislativos, intelectuais, artísticos e culturais – é possível perceber como que em um determinado tempo valores e práticas tradicionais se articulam com os projetos de futuro¹².

Grandes ou pequenas, centrais ou periféricas, modernas ou provincianas, antigas ou contemporâneas elas revelam (e escondem) a complexidade da vida social em todas as suas dimensões – política, econômica, cultural e simbólica. Quando ocupam a posição de capital de um país, ou de uma província, assumem ainda maior importância, pois concentram as forças, poderes e embates do campo político-administrativo definindo, em grande medida, os rumos da vida rural. Embora que, na

¹¹ CASTRO, Ana Claudia Veiga de.; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. **História e historiografia da arquitetura e da cidade**. In: IV ENARPARQ 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3927861/mod_resource/content/2/Castro_Mello-2.pdf

¹² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 15. Segundo esse autor, compreender um tempo histórico é investigar como que “em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro”.

Aracaju, do período a que compreende esta pesquisa, o binarismo rural x urbano não era bem definido, visto que a economia do estado era baseada da agricultura e pecuária e poucos eram os comerciantes que não tinha vínculos direto com a roça, e para além, da economia havia a prevalência de costumes tradicionais.

A historiografia brasileira traz o olhar comparativo para com as cidades modernas como Paris e Londres abordando principalmente a questão do imaginário que as cidades modernas trazem. Já as cidades do Brasil que se adequam a esse perfil e por isso acabam sendo mais estudadas, são Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Não que os estudos estejam limitados a essas cidades, mas, foram elas as pioneiras, talvez devido a seus processos de modernização, higienização que provocaram mudanças que chamam a atenção das demais cidades como um modelo a ser seguido.

O processo de assimilação da modernidade que o modelo higienista e progressista implementados pela *Belle Époque* europeia apresentando Paris com o destaque de cidade modelo mundial, e a articulação com valores tradicionais foram as principais políticas de civilização e regeneração nas cidades brasileiras que teve o Rio de Janeiro como cidade modelo para as demais cidades do Brasil.

De acordo com José Evaldo de Mello Doim, a respeito da expansão da lavoura cafeeira pelo sertão paulista, mas que vale para Aracaju também,

A ideia de modernização conservadora vincula-se ao modo como a costumeira e infeliz manutenção do poder das elites se deu por meio da manipulação do desenvolvimento urbano e do desejo de experimentar os 'novos acessórios modernos' (urbanização, telefone e cinema, entre outros) [...].

A Belle Époque caipira era constituída especialmente pela ação de uma elite desejosa de modernizar-se. Desobrigados de qualquer ética, derrubavam as matas, levando destruição, morte e grilagem às terras férteis do sertão. Tal qual verdadeiros flibusteiros, adentravam a hinterlândia e agiam com violência, amparados na legitimidade de um discurso constituído a partir da significação social positiva atribuída ao moderno.¹³

¹³ DOIN, José Evaldo de Mello *et al.* **A Belle Époque caipira**, op. cit., pp. 93 e 95.

É de acordo com essa perspectiva modernista e higienista que os autores Sidney Chalhoub e Nicolau Sevcenko retratam a cidade do Rio de Janeiro em seus respectivos livros *Cidade febril*¹⁴ e *Literatura como missão*¹⁵, o primeiro tratando das intervenções urbanas que ocorreram no período Imperial, nas quais a demolição de cortiços se justificava sob a teoria da propagação de epidemias, sendo que essas medidas sobretudo expulsavam a população mais pobre do centro para a periferia das cidades e, o segundo, reconhece como sendo o Rio de Janeiro a capital cultural e propagadora da inserção da Belle Époque brasileira. De acordo com José D'Assunção Barros, essa temática nos remete ao campo de estudo identificado como Nova História Cultural:

As noções complementares de “práticas” e “representações” têm sido bastante úteis aos historiadores culturais, particularmente porque, através delas, podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, como também os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e, por fim, as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes.¹⁶

Embora pequena, provinciana e periférica, se pensarmos nos processos políticos e econômicos mais dinâmicos desse início de República, Aracaju não estava completamente à margem deles.

Aracaju era moderna em relação ao seu próprio passado. A urbanização e modernização de Aracaju tiveram e têm características singulares. Não houve uma revolução urbanística similar ao chamado “Bota Abaixo” ocorrido no Rio de Janeiro. Consequentemente, elas não devem ser analisadas através de uma suposta inserção no mundo cosmopolita da Belle Époque carioca e menos ainda identificadas.¹⁷

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

¹⁵ SEVSENKO, NICOLAU. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

¹⁷ SANTOS, Maria Nely dos. Aracaju na contramão da ‘Belle Époque’. In: Revista de Aracaju, Ano LIX, nº 9, Aracaju, 2002.

“Diferente da Província de Sergipe e da tímida Aracaju, o Rio de Janeiro era uma cidade cosmopolita”, isso por volta de 1879, escreveu Samuel Albuquerque.¹⁸ Se ainda hoje Aracaju cultiva seu “ar” provinciano, podemos supor o quanto não seria tímida essa cidade nos primeiros anos da República. Contudo, timidez não é o mesmo que isolamento ou desconhecimento das coisas do mundo.

A sociedade aracajuana sabia, sobretudo por meio dos jornais e do comércio portuário no qual ocorria a troca de informações com a chegada de novidades em mercadorias, o que se passava na capital do império e mesmo na Europa. Sinais da modernidade francesa e carioca chegavam aqui e serviram para demarcar as diferenças entre os grupos sociais.

Em 17 de março de 1855, a capital de Sergipe foi transferida de São Cristóvão para o Povoado do Aracaju, com o objetivo de favorecer um determinado grupo econômico ligado a produção açucareira do Vale do Cotinguiba e, também, sob o discurso de promover o desenvolvimento, o progresso e a modernidade do Estado. O povoamento da nova capital sergipense foi acontecendo de forma lenta, mas gradativa.

Consideramos a sua transferência como sendo um ato de grande ousadia, pois, a região do referido povoado não tinha estrutura apropriada para se tornar a capital, possuindo várias áreas de pântanos e dunas o que provocou certo descrédito por grande parte dos comerciantes e servidores públicos, que não se sentiam confortáveis em ter de deixar uma cidade estruturada como São Cristóvão para uma em que tudo ainda estava por fazer¹⁹.

De acordo com Waldefrankly Rolim,

No século XIX, a razão com a qual foi projetada Aracaju partiu de um pressuposto de desenvolvimento que em sua base negava a

¹⁸ ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 21.

¹⁹ FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe** (1575-1855). 3ªed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. Págs. 370-382.

natureza e afirmava o progresso como parte de um processo civilizatório da modernidade.²⁰

Assim, com a força política de alguns grupos econômicos, principalmente o açucareiro, como já foi dito, que tinham interesses na exportação através do porto na barra do Rio Sergipe, o sonho de uma cidade mais moderna foi materializado em Aracaju, que aos poucos foi se tornando próspera e povoada.

As capitais, em geral, são econômica e culturalmente as cidades mais privilegiadas do estado ou do país ao qual estão vinculadas, pois são onde se localizam os centros administrativos políticos e econômicos²¹. Destacamos abaixo um trecho retirado da mensagem (primeira do período republicano) enviada pelo do Governador do Estado de Sergipe à Assembleia Legislativa no ano de 1891:

Entendo que deve ser eliminada do orçamento a verba para pagamento da iluminação pública da capital. Não vejo razão para esta odiosa distinção em favor da capital que é sede do mais rico município do Estado; ao passo que correm por conta dos respectivos municípios as despesas com iluminação das cidades, que gozam deste melhoramento.²²

Podemos observar o privilégio econômico e distintivo que gozava Aracaju por ser capital do Estado de Sergipe ao receber benefícios tanto por verbas municipais quanto estaduais, e, ao que se percebe há uma insatisfação do presidente do Estado em arcar com o ônus de manter a iluminação pública da referida cidade, sendo que deveria ficar a cargo da Intendência municipal, assim como ocorria nos demais municípios.

²⁰ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

²¹ Aracaju levou certo tempo para se tornar o polo econômico e cultural do estado. Segundo Sharyse Amaral, “do ponto de vista econômico e social, Aracaju, no século XIX, ficaria muito aquém de Maruim e Laranjeiras”. AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. p.39.

²² **Mensagem do Governador de Sergipe dirigida a Assembleia Legislativa do mesmo Estado no dia da instalação da 1ª sessão da 1ª legislatura**. Aracaju'. Typ. Da Gazeta de Sergipe. 1891.

No início da República Aracaju ainda era uma pequena e audaciosa cidade, que intercalava as questões específicas das cidades em desenvolvimento com os problemas inerentes às cidades interioranas.

A economia aracajuana, assim como todo o território brasileiro, estava se adaptando à nova configuração de trabalho com a mão de obra livre. Os senhores de engenho atribuíam a queda no lucro do açúcar a escassez da mão de obra decorrente do fim da escravidão. Entretanto, Sharyze do Amaral nos esclarece que:

Como os libertos não desapareciam após conquistarem a liberdade, nem houve migração em massa, a queixa da falta de braço não passava de mera retórica escravista, ou os egressos do cativeiro e seus descendentes haviam encontrado alternativas de sustento que não o trabalho nas plantações dos donos de engenho, fossem estes seus antigos senhores ou não.²³

Havia resistência por parte dos libertos ao trabalho e também por parte dos senhores de engenho que não viam positivamente a mão de obra sergipana. Entretanto, como em Sergipe não houve a configuração de migração estrangeira as adaptações foram sendo culturalmente construídas, de acordo com a necessidade do mercado. Podemos ver na citação abaixo como o trabalhador sergipano era visto pelos produtores de açúcar:

“o negro boçal, o caboclo indolente, ou o mestiço sem ambição, todos fracos, mal alimentados, sem interesse ligados ao solo, nômades, maltrapilhos, ignorantes e adoentados na maior parte pelo abuso do álcool, pelo impaludismo e mesmo pelo efeito da vida errante que levam, de fazenda em fazenda, à procura de melhor ganho, isto é, do proprietário mais aflito pela urgência do serviço.”²⁴

No trecho acima podemos fazer um paralelo com o conceito trabalhado na obra de Sidney Chalhoub *Visões da Liberdade* no qual retrata que durante o período em

²³ AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. p. 281.

²⁴ Teodoro Nascimento, “O trabalho agrícola em Sergipe”, Apud OLIVA, Terezinha. **Impasses do Federalismo Brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, 1985. p.51.

que ser livre, ter poder de escolha sobre própria vida era para poucos, a liberdade era idealizada e vivenciada de diversas maneiras, uma delas dava consequência a rotatividade de trabalhadores na lavoura.

Outra justificativa é que os ex-escravizados preferiam a capital por se tratar de área urbana com oportunidade de atividades remuneradas, fora das roças.

As questões que englobam a distinção social em Aracaju aparecem em seu primeiro plano urbanístico: o plano diretor, chamado de *Tabuleiro de Pirro*, referência ao engenheiro Sebastião Basílio Pirro, que foi o responsável pela projeção da obra de urbanização de Aracaju. A urbanização se restringia a área central. Muito embora isso não fosse formalizado, essa área iria abrigar os grupos mais bem colocados economicamente na sociedade, principalmente aos comerciantes e funcionários públicos. Os que não pertenciam a esses grupos ficariam à margem desse espaço, ou seja, eram direcionados para as zonas periféricas, destino das populações pobres.

Quando as fábricas de tecidos são instaladas em Aracaju, nas últimas décadas do século XIX, verifica-se um crescimento econômico da cidade, o que gerou empregos para a população pobre, oriundos em sua maioria dos municípios do interior. Ocorreu também um crescimento da cidade, pois os operários construíram ou alugaram casas (com tetos de palha) nos arredores da fábrica. Além disso, essa população trouxe também suas formas de vida, suas tradições, seus hábitos, suas próprias formas de divertimentos.

Segundo o trabalho de conclusão de curso de Paulo Henrique Santos Araújo,

Em 1870 quando o investimento público diminuiu, a cidade iria crescer fora do plano Pirro, de forma desordenada. Grupos de homens livres pobres e aqueles que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho, ou que não podiam residir nas áreas centrais, criaram a chamada “cidade de palha” por não poderem pagar o exorbitante aluguel, aglomerando-se para além do Plano, na direção norte, uma “cidade livre” [...]. Em 1884, seria instalada a primeira fábrica de tecidos da cidade, na direção da zona norte, possibilitando a fixação de residências de trabalhadores nas suas proximidades. Os investimentos públicos na área do Plano retomados na primeira década deste século (XX), quando um aumento no movimento comercial e a estabilidade política sob a primeira oligarquia republicana, permitem um processo de transformações urbanísticas tendentes à modernização da cidade. Foi assim que a substituição de árvores frutíferas de origem asiática e africanas por árvores europeias e a instalação do primeiro coreto de ferro numa das praças do centro

da cidade – o Jardim Olímpio Campos, área especificamente criada para o lazer, em 1907.²⁵

A intelectualidade republicana de Sergipe²⁶, nesse período, estava impulsionada pelo espírito civilizador e questionador que os ideais republicanos traziam para a política, cultura e lazer. E tudo de “ruim” era identificado como coisas do passado, ou seja, da monarquia, e tido como atraso.

Como podemos evidenciar a seguir, em trecho do primeiro Relatório do Presidente de Estado do governo Republicano em Sergipe²⁷

O desequilíbrio orçamentário é o nosso mal crônico. Herdamos do regime passado e vemos-lo recrudescer implacável, ameaçando-nos com a funesta e esmagadora calamidade de uma bancarrota próxima, se de pronto não atalharmos com remédios severíssimos as causas de tão angustiosa situação²⁸.

Embora a estrutura administrativa e comercial da cidade de Aracaju estivesse sendo melhor organizada, por já terem se passado mais de três décadas desde a transferência nesse período, havia muitas questões por se resolver. Era ainda uma pequena cidade, em seu porto cerca de 200 navios ancoravam por ano trazendo passageiros e mercadorias para o abastecimento do comércio. A indústria também estava em expansão com a fábrica têxtil Sergipe Industrial que empregava numerosos operários²⁹

No centro da cidade projetada, as ruas eram, dentro da realidade possível, organizadas. Entretanto, as demais regiões, ainda em expansão, nem ao menos eram atendidas pela *Fiscalização de Higiene* no que se refere ao *Serviço do Asseio da*

²⁵ ARAUJO, Paulo Henrique Santos. **Arranca e Filhos de Baccho: Aracajuanos na folia**. UFS: Aracaju, 1996. Monografia P. 9.

²⁶ Entende-se por intelectualidade sergipana: políticos, profissionais liberais e demais pessoas que tinham poder de formar opiniões.

²⁷ Embora Felisbello Freire tenha sido o Primeiro Presidente do Estado de Sergipe na república, após as juntas provisórias, ele governou apenas por oito meses, por isso, o primeiro relatório não foi assinado por ele e sim por Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro. Cf. DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República** (1889-2000). Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2004. P. 24 e 25.

²⁸ **Mensagem do governador de Sergipe dirigida a Assembleia Legislativa do mesmo Estado no dia da instalação da 1ª sessão da 1ª legislatura**. Aracaju: Typ. Da Gazeta de Sergipe, 1891.

²⁹ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. P 18.

cidade e remoção do lixo das casas como podemos observar no regulamento de 1900, a saber:

Da prestação e limites do serviço e do modo da cobrança do tributo

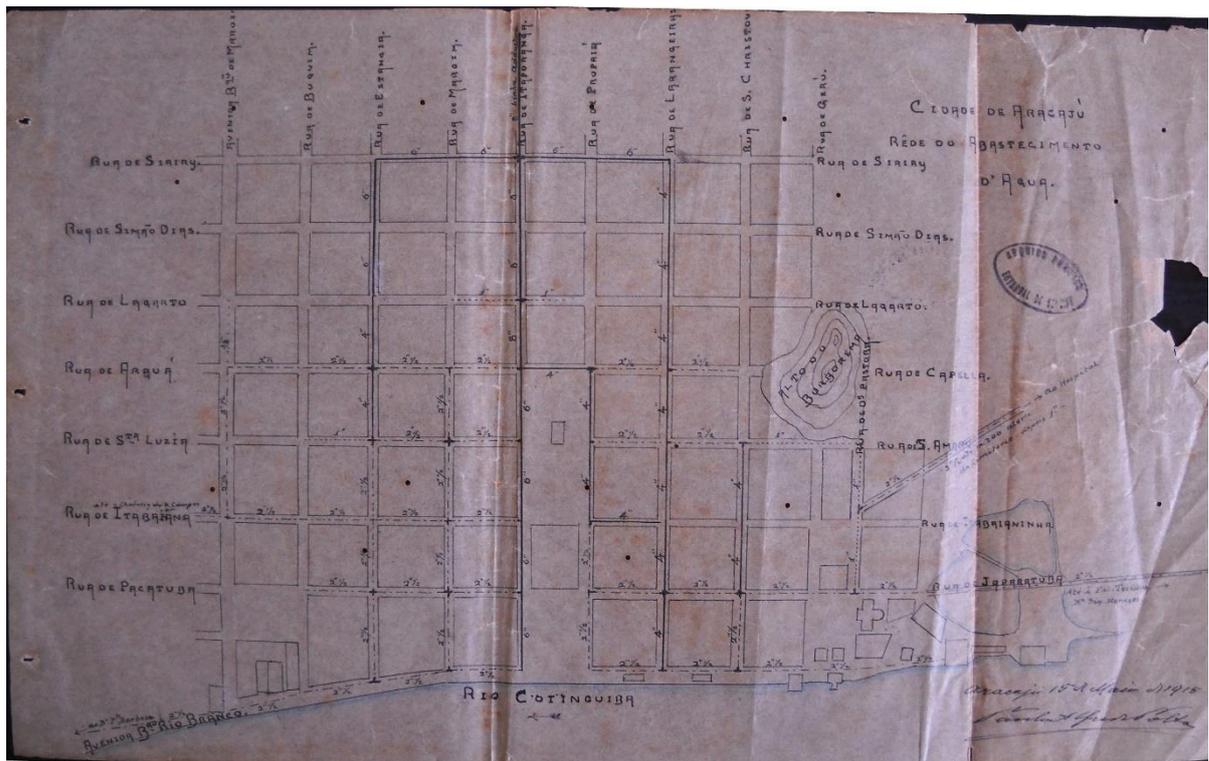
Art. 11. O serviço criado pela lei n. 58 de 23 de dezembro de 1899 é obrigatório na zona da cidade que fica dentro dos seguintes limites: - Rua da Aurora, desde o seu cruzamento com a de Divina Pastora até o quartel de polícia; lado norte da praça, rua de Pacatuba, desde o seu cruzamento com a do Geru até a rua da Estancia; esta rua até encontrar a do Arauá; deste cruzamento segue pela rua da Capela até o encontro desta com a de S. Cristóvão; desce esta rua até cruzar ela com a de Itabaianinha; daí segue até a rua Divina Pastora e deste encontro segue até o ponto de partida.

Art. 12. Fora da zona delimitada no artigo anterior, a intendência faz o asseio das ruas e praças com a possível regularidade e o fará completo nas zonas em que for ficando mais densa a população.³⁰

Podemos observar no mapa abaixo, elaborado pela Companhia de esgoto para a instalação da primeira rede de esgoto que cobriria a cidade aracajuana no ano de 1915. Nesse documento observamos a disposição das ruas citadas acima ao mesmo tempo em que confirmamos que as melhorias de saneamento eram restritas ao quadrado de Pirro.

Figura 1: Mapa da Rede de abastecimento de água de Aracaju em 1915.

³⁰ **Regulamento para o Serviço do Asseio da Cidade e Remoção do lixo das casas.** Intendência Municipal de Aracaju. Aracaju, Typ. Do Estado de Sergipe. 1900. Acervo documentação sergipana/ Biblioteca pública Epifânio Dórea, Aracaju-SE.



Fonte: APES. Mapoteca 04, gaveta3. Aracaju, 1915

As áreas que não estão discriminadas para a prestação do serviço de Asseio público são as zonas periféricas, onde as regras de civilidade não são obrigatórias. Essa região era destino para as residências das pessoas pobres.

Figura 2: Casebres do Curral próximo a Av. Pedro Calazans.



MELINS, Murilo. Aracaju Romântica que vi e vivi. Aracaju: Unit 2007.

A região não urbanizada estendia-se principalmente, aos arredores das fábricas de tecido como descreve o historiador Ibarê Dantas,

A cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíam. Na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético. Nesse processo as reformas foram expulsando os pobres para a periferia. O bairro Chica Chaves, que depois seria denominado Industrial, foi-se tornando mais populoso.³¹

No distinto espaço social do centro da cidade as regras de conduta eram impostas através dos Códigos de Postura e de outras leis da intendência municipal responsáveis por ordenar como essa sociedade deveria se comportar, conviver na rua, como deveriam ser construídas as residências e a questões de higiene.

No próximo tópico veremos com detalhes como eram as regras e o processo de urbanização, assim como, de que maneira as pessoas que não conseguiam se adequar a essas regras, eram postas fora daquele contexto social. Entretanto, havia

³¹ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. P.55.

exceções. Mesmo no quadrado de Pirro era fácil de encontrar casas de Palha. Para manter a fiscalização o governo regulamentou o serviço da higiene com as seguintes especificações da autoridade do Inspetor:

II. “Fiscalizar a observância dos preceitos higiênicos nas construções das habitações”, propondo a inspetoria a suspensão das obras, quando forem infringidas as posturas municipais relativas ao assunto;

VI. Visitar sistematicamente todas as habitações de sua circunscrição para fiscalizar o regime e a instalação dos mictórios e latrinas, encanamentos de águas servidas e reservatórios de águas potáveis, participando previamente, quando tratar-se de habitações particulares por qualquer forma, ao respectivo morador;

VII. Exercer vigilância sobre os serviços relativos à limpeza das ruas, praças, valas, rios e praias, comunicando a Inspetoria as faltas observadas e propondo os meios de saná-las;

X. Assinar as notas de intimação e multa que forem dirigidas aos infratores dos preceitos sanitários.³²

Em contraposição às exigências do documento acima, percebemos no periódico *A notícia* anúncios de venda de casa de palha ou até mesmo taipa na região do centro da cidade. Observamos então que essa fiscalização não era tão eficaz. Na edição de número 175 do referido periódico, datado de 10 de outubro de 1896, na página 4, a seção de “anúncios” apresenta a seguinte notícia: “Nesta topografia se dirá quem tem para vender duas casas de taipa e telha, sitas as ruas da Estancia e Socorro desta cidade.” O mesmo jornal traz novamente na seção de anúncios com o título “Casas a venda” a seguinte informação:

A sub-firmada tem para vender e por preço cômodo, 3 casas citas as ruas de Laranjeiras e Vitória, sendo a rua de Laranjeiras de tijolo e telha, novamente retocada e com acomodações para família, as da Vitória de palha e taipa em boas condições, sendo todas em terrenos próprios; que pretender pode dirigir se a anunciante na rua de laranjeiras n. 119.³³

³² **Decreto N. 536, de 3 de agosto de 1905. Regulamenta o Serviço de Hygiene do Estado.** Aracaju. Empreza do “O Estado de Sergipe”. 1905.

³³ **A Notícia.** Aracaju, edição nº 414, 10 ago. 1897.

Percebemos que havia muita dificuldade para implementar os requisitos de “civilidade” e que as imposições sociais do poder público ficavam mais no campo das leis e ideias, do que da prática. Existia também os embates político e econômicos, por isso, a dificuldade de execução das leis se dava principalmente quando se tratava de proprietários com posses que buscavam várias maneiras de resistir aos entraves estabelecidos pela intendência municipal.

Um dos pontos mais críticos de Aracaju, em 1890, era a precariedade de sua infraestrutura. Suas ruas não dispunham de calçamento, nem de energia elétrica e as residências não contavam com água encanada ou esgoto. A população se abastecia nas cacimbas, nos tanques naturais ou artificiais, ingerindo o indispensável líquido de qualidade suspeita. Situada à beira do rio Sergipe, suas casas, em grande parte cobertas de palha de coqueiro, estavam limitadas entre dunas, mangues ou pântanos, comportando alto potencial de insalubridade.³⁴

Através do relatório apresentado pelo Inspetor de higiene o Dr. Francisco de Barros Pimentel Franco, ao presidente do Estado sr. Desembargador Guilherme de Souza Campos em 1907 identificamos que:

Nossa bela capital, bem que nova ainda, porém atento ao seu lisonjeiro progresso, já está a exigir alguma coisa que reputo imprescindível, como seja: água, esgotos, calçamentos e arborização.

A água consumida pela população desta capital, é de má qualidade, provem quase toda ela do rico lençol subterrâneo, que vem à superfície por intermédios de fontes, poço Abyssianos etc.; Não é potável, não encerra os requisitos da boa água como: transparência, incoloridade, sob pequena espessura, sem sabor e sem cheiro, a nossa além dos princípios contidos modificando sua cor e dando um sabor desagradável, encerra um excesso de matéria orgânica, cuja decomposição manifesta-se no fim de 2 a 3 dias tornando-a imprestável.³⁵

Os governos anteriores tentaram instalar companhia de para distribuição de água potável canalizada e filtrada, entretanto, não obtiveram êxito. A primeira tentativa

³⁴ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. P.18.

³⁵ Mensagem do Governador dirigida a assembleia em 1907. **Relatório do Hynspetor de Higiene**. P 11 e12.

ocorreu através da lei nº 17, de 5 agosto de 1892 que restabelece o contrato celebrado em março de 1891 entre o governo do estado e os senhores Machado e Monteiro.³⁶ Inclusive com algumas perdas financeira para os cofres públicos.

Apenas em 1908, através da lei nº 538, de 7 de maio, de 1908, foi criada e instalada 'a Empresa de abastecimento d'água, para fornecer água potável para esta capital"³⁷ Esta companhia de água, *Empresa Melhoramentos de Sergipe* (abastecimento d'água), foi comprada pelo Estado e paga por saldo da compra a quantia de R\$ 218:000\$000 no ano de 1913.³⁸ Nesse mesmo ano, foi também, adquirido pelo Estado por "R\$ 88:0000\$000 despendida com a aquisição do material para a instalação de uma Usina elétrica nesta capital."³⁹

Já em 1909, foi inaugurado o primeiro serviço de transportes urbanos puxados por burros a empresa *Carris Urbanos Aracaju*.

Figura 3: Tabela de descontos da empresa Carris Urbanos.



Jornal O Republicano, edição 187 ano,1909.

³⁶ Cf. **Mensagem do Governador** 1893. José Calazans.

³⁷ Cf. **Mensagem do governador** 1910. P. 34.

³⁸ Cf. **Mensagem do Governador** dirigida a Assembleia, 1913. P.18.

³⁹ Idem.

Em 1913, a cidade teria luz elétrica, em 1914, a instalação de serviços de esgotos e, em 1916, a instalação da rede telefônica. A criação do “Serviço de Higiene”, das “Posturas Municipais” e de outras regulamentações que permitem ao poder local agir sobre o espaço público precisam ser vistas no âmbito de um longo movimento de construção Estatal e ordenamento social, baseados em ideais civilizatórios, ligados à noção de progresso e baseados nos conhecimentos técnicos e científicos disponíveis à época.

Evidentemente, nada disso altera o fato de que os dispositivos legais e institucionais criados servem à hegemonia de uma classe, que se instrumentaliza deles e de suas justificativas “apolíticas”. No entanto, os processos de higienização, medicalização, policiamento e urbanização funcionam no contexto daquele domínio.

O conjunto de leis nos falam muito mais de como deveria ser essa cidade do que de fato ela era. As posturas de 1902, em seu artigo 20, ordena que "Os proprietários de casas, cujas calçadas ou passeios não estejam nivelados, serão obrigados a pô-los em nível..." É interessante que naquela época já havia a preocupação com o nivelamento das ruas.

A proibição (artigo 99) aos moradores de deixarem seus animais, – porcos, bois, vacas, cavalos e mulas – soltos, nas ruas da cidade, não impedia que isso continuasse acontecendo, como indica os vários Autos de Infração lavrados⁴⁰.

Figura 4: Rua de São Cristóvão na década de 1910.

⁴⁰ **Autos de infração.** Intendência municipal de Aracaju.1888 a 1892. CM6. Vol. 01. APES.



Fonte: <http://aracajuantigga.blogspot.com.br/2009/07/formacao-do-centro-comercial-de-aracaju.html>.

Uma cidade em que o mundo rural ainda se sobrepõe ao mundo urbano.

Segundo o Censo Demográfico de 1890,⁴¹ a população aracajuana era composta por 16.336 habitantes e o território sergipano contava dentre os 310.926 habitantes, com 279.24 analfabetos. Ou seja, apenas dez por cento da população sergipana sabia ler, naquele ano. Em todo caso, ressaltamos que, a capital devia possuir mais alfabetizados que o campo. Como nos esclarece, a seguir, a historiadora Oliva, sobre as camadas urbanas:

Doutor, lavrador ou negociante. Esta definição simplista da sociedade sergipana de começos do século [XX] incorpora os elementos básicos da vida social de então, englobando campo e cidade. O “doutor” é, fundamentalmente, o habitante das cidades. Elemento ambíguo, enquanto é, na maioria das vezes oriundo da classe dominante, integra, de fato, o complexo grupo das camadas médias urbanas. Na incipiente vida urbana de Sergipe, a república colocava um dado novo, acentuando a preeminência de Aracaju, a capital, sobre as outras comunidades urbanas. O estado federado, que tem como centro a capital, exige toda uma estrutura administrativa inexistente sob a centralização imperial. A capital é o centro de

⁴¹ CEBRAP/FAPESP/IBGE **Recenseamentos do Império: 1872 e 1890**. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisas/medindo-a-criese-do-imperio-os-recenseamentos-gerais-e-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro-1870-1890/>.

decisões. Aracaju, cidade criada para abrigar a capital, teve, desde o início, o caráter especial de um centro administrativo, habitados por funcionários, administradores e políticos. O ritmo de seu crescimento populacional, na primeira década republicana é bem um indicio da nova posição da cidade, que foi, então, a segunda capital nordestina em crescimento populacional, com um índice igual a 50%, declinando logo na década seguinte.⁴²

Nessa época o acesso à educação era bastante limitado. Como podemos verificar na Mensagem do governador de Estado Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, em 1891. Contando com poucas “cadeiras de ensino primário” em todo o estado o governo decretou uma lei para revisão do quadro do magistério a fim de reduzir o número das “cadeiras” nas sedes dos municípios.

A nova estrutura deveria ter “uma de ensino misto em cada vila, uma para cada sexo em cada cidade, e duas para cada sexo na capital.”⁴³ Além de poucas, as unidades de ensino foram reduzidas, ficando a cargo dos municípios que quisessem e tivessem competência para criar novas cadeiras de ensino e ofertar mais professores. Ao que percebemos é que a instrução pública era desacreditada pelo poder público.

Aracaju nos primeiros anos da República, assim como as demais capitais do Brasil, passou por grandes transformações políticas que são refletidas na sociedade em seus variados aspectos sociais. Sendo assim, observamos a referida cidade tendo como foco central as contradições encontradas entre os ideais de civilidade propagados pelo novo regime político e as fundamentações legais voltadas para a instrução pública produzidas em Sergipe nesse período, bem como, os relatórios produzidos pelos Inspectores (cargo que equivaleria hoje ao de Secretário de Estado de Educação).

Para isso, levamos em consideração que o conhecimento é um importante capital simbólico de poder e, portanto, de distinção e que a dimensão cultural e simbólica de valores e códigos dominantes de distinção, que demarcam as hierarquias

⁴² OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

⁴³ **Mensagem do Governador de Sergipe dirigida a assembleia legislativa do mesmo Estado no dia da instalação da 1ª sessão da 1ª legislatura**. Aracaju'. Typ. Da Gazeta de blicano: Orgão do Partido Republicano Sergipe. 1891.

sociais e sustentam projetos de poder são, em grande maioria, construídas e reafirmadas na educação pública.

Evidenciamos incoerências encontradas entre o discurso do ideal civilizatório e prática educacional presente nas fontes documentais produzidas pelo Estado, como Relatórios dos Presidentes de Estado e Inspetores de Instrução Pública, e em jornais produzidos pela sociedade civil, investigando, portanto, os traços culturais distintivos importantes na Instrução Pública que demarcam e constroem as assimetrias sociais e econômicas.

Destacamos trecho do relatório oficial do Governador do Estado, dirigido para a Assembleia Legislativa após a implementação da República, nesse discurso ele critica o regime passado e propõe fazer cortes nas despesas com gastos que ele considera exagerado dentre os quais:

Em 1º lugar as inscritas sob a rubrica - Instrução Publica - Somam a quantia de rs. 167:500\$000, um terço da receita geral do Estado. Aplicam-se aos vencimentos de 117 professores de ensino elementar e de 15 professores de ensino secundário.

Por paradoxal que vos pareça a minha asseveração, animo-me a enuncia-la: a instrução pública em Sergipe só existe realmente como uma inscrição orçamentária. Consultai todos os relatórios dos presidentes do antigo regime e em todos eles vereis afirmada sempre está verdade: – que os professores públicos nada ensinam por que nada sabem e nada sabem porque, em regra, são recrutados entre os mais ineptos dos candidatos aos cargos públicos. É mister, já e já, extirpar estes parasitas que estão Laurindo a seiva do nosso organismo financeiro.⁴⁴

De início estranhamos que o primeiro corte de verba pública de um governo que vem de uma nova proposta de regime, pautada no ideal de que a educação é capaz de transformar os cidadãos, seja justamente na educação. Mas não foi o que se verificou na prática. Não houve interesse em estimular e desenvolver a educação de uma maneira mais ampla para a sociedade sergipana.

⁴⁴ Mensagem do Governador de Sergipe dirigida á assemblea legislativa do mesmo Estado no dia da installação da 1ª sessão da 1ª legislatura. Aracaju'. Typ. Da Gazeta de Sergipe. 1891. P. 7.

De acordo com o pesquisador Ibarê Dantas, mesmo após a implantação da República não houve grandes mudanças no quadro político sergipano, sendo o poder revezado entre as mesmas famílias que dominavam no período imperial, havendo claro adequações as novas estruturas políticas.⁴⁵

Como nos diz o sociólogo Pierre Bourdieu conhecimento é um importante capital simbólico de poder e, portanto, de distinção. Sendo assim, entendemos que essa pequena parte da população letrada é a mesma que ocupa posição de destaque na política, economia e, também, que define a questão cultural e de lazer da cidade. No caso de Sergipe os filhos da elite seguiriam para a Bahia estudar Medicina, ou para Pernambuco estudar Direito, ou ainda para o Rio de Janeiro, na escola militar, para seguir ou não a carreira de oficial. Assim sendo, a educação tem papel diferenciado na manutenção de traços culturais mesmo que seja imposta por normas.

Embora com um público leitor tão limitado, a capital sergipana contava com vários jornais em circulação, os quais disputavam entre si o espaço pela maior credibilidade. Traziam novidades, notícias e correspondências de outras cidades e até de outros países, além de matérias críticas favoráveis ou não sobre a política, economia e lazer local. Trazemos aqui um quadro com os principais jornais em circulação no período em que se refere essa pesquisa.

Jornais produzidos em Aracaju nos anos de 1889 a 1910 ⁴⁶			
Nome	Proprietário	Redatores	Período/ Circulação
A Reforma: Órgão do Partido Liberal.	Partido Liberal	Bacharel Gumersindo A. Bessa	1887 a 1889
O Republicano: Órgão do Partido Republicano	Partido Republicano	Diversos	1888 a 1893 ⁴⁷
Estado de Sergipe	Não identificado	Não identificado	1889 a 1890
Gazeta de Sergipe:	Propriedade de uma associação.	Não identificado	1890 a 1891

⁴⁵ DANTAS, IBARÊ. **Os partidos políticos em Sergipe** (1889-1964). Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1989.

⁴⁶ Esta tabela foi produzida a partir dos jornais disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴⁷ **O Republicano** antes tinha o nome de **o Lorangeirense** passando a ser publicado em Aracaju após 1890 ao mesmo tempo em que passa a ser órgão oficial do governo até a criação da Imprensa Oficial. **O Republicano**. Ano I, nº7, 19 de dezembro de 1888, p.3.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=810053&pesq>

Correio de Sergipe: Orgam dos interesses Moraes e materiais do commercio	Não identificado	Dr. Olyntho Dantas e Professor Alfredo Montes	1890 a 1896
Diário Oficial de Sergipe;	Governo de Sergipe	Não identificado	1895
O Operário	Redação e Propriedade de uma Associação	Não identificado	1891 a 1896
Folha de Sergipe	Capitolino	Não identificado	1886 a 1896
Jornal do Aracaju	Augusto Rodrigues da Costa	Não identificado	1870 a 1894
A Noticia: Diario da tarde	Não identificado	Não identificado	1896 a 1897
O Estado: Orgam da Lavoura, commercio e indústria	Lima Junior	Lima Junior	1891
A Luneta: Orgam litterario, noticioso e critico;	Não identificado	Não identificado	1892
O Municipio	Collaboradores diversos	Diversos	1893
O Matinal: Orgam Litterario, Noticioso e Recreativo.	Rezende e Sant'ago	Diversos	1896 a 1897
A Nova Era	Não identificado	Firmino R. Vieira	1889 a 1890
O Monitor: Orgão do commercio, da lavoura e da indústria	Não identificado	L. C.Silva Lisbôa	1889 a 1890
O Dia	Não identificado	Não identificado	1894
O Caixeiro: Orgam da Classe	Propriedade de uma associação	Não identificado	1880 a 1891
O Leque: Orgam das moças	Não identificado	Não identificado	1890
A Patrulha: Periodico critico, litterario e noticioso	Não identificado	Não identificado	1890
O Espião: Jornal Humorístico e Noticioso	Arion C. Pinto	Não identificado	1909

A imprensa aracajuana era bastante movimentada, com periódicos de perfis diversos desde os de partidos políticos, o oficial do governo, os de cunho religioso, e até humorísticos. Muitos desses jornais ainda hoje, podem ser encontrados em sua versão física e também digitalizada nos arquivos da Biblioteca pública Epifânio Dória (BPED), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

À época tínhamos, nacionalmente, uma projeção política e intelectual de vozes ativas como, por exemplo, Sylvio Romero, Tobias Barreto, Manoel Bonfim, entre outros sergipanos, que se faziam ouvir e que disseminavam para Sergipe as projeções dos calorosos debates políticos e literários que participavam.

[...] foram surgindo grupos e instituições privadas ou públicas institucionalizadas ou não, voltados para estimular o desenvolvimento cultural do meio. No interior do Estado, nasceram alguns centros

culturais dos quais os mais citados são o Gabinete de Leitura de Maruim, o Gabinete de leitura de Riachuelo, a Casa do Livro de Capela, Gabinete de Leitura Tobias Barreto. Propriá, Boquim, Laranjeiras, Estância e Frei Paulo também dispunham de entidades culturais.

Na capital temos registros de: Clube Literário 24 de julho (1898), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), Centro pedagógico Sergipano (1918), Grêmio Tomaz Cruz (1918) [...]. Alguns desses grupos tiveram vida e atuação efêmeras, mas outros foram congregando intelectuais estimulando debates, produções e contribuindo para o desenvolvimento cultural do Estado.

Um dos maiores exemplos foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912). A exemplo do que havia já em várias regiões do país, o Instituto local tomou o sentido de uma espécie de academia literária e científica onde a elite intelectual passou a discutir os problemas culturais do Estado.⁴⁸

1.2 Tempos do trabalho e do lazer

Ao realizarmos estudos e pesquisas sobre o lazer chegamos a alguns questionamentos: O lazer teria uma história? O lazer seria um momento de supressão das fadigas e dos conflitos do cotidiano? Ou até mesmo se o lazer seria uma arena em que os conflitos se mostrariam de outras maneiras, por vezes escondidos sob a máscara do riso e da descontração? Tais questionamentos nos levam a refletir sobre o papel que o lazer desempenha em uma determinada sociedade. Vários autores tem buscado estudar e entender o lazer sob os mais diferentes pontos de vista. A diversão era vista como algo que fazia parte da natureza do ser humano e depois passou a ser algo que só poderia ser feito se sobrasse tempo após o trabalho, como podemos observar na citação abaixo.

Se a diversão tem sido buscada por homens e mulheres desde as épocas mais remotas, a ideia de lazer como algo marcadamente distinto do trabalho, um direito de todos e exercido em momentos delimitados, parece ser bem recente. A partir da Revolução Industrial, e mais incisivamente no século XIX, observa-se um processo de artificialização do tempo do trabalho, que progressivamente se afastou

⁴⁸ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe Republica** (1889-200). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. P. 60-61.

do ritmo da natureza e passou a ser ditado pelas marcas do relógio, um objeto cada vez mais difundido.⁴⁹

Com o passar do tempo o trabalho foi cada vez mais priorizado, os trabalhadores passaram a ser vigiados e controlados pelas autoridades e pelas classes dominantes, a fim de que o tempo de vida de cada pessoa se tornasse tempo de trabalho.

Esses trabalhadores por sua vez, não ficaram nada satisfeitos com todo esse controle sobre suas vidas, passando assim a reivindicar a delimitação das horas que teriam para si mesmos, excluindo-se as dedicadas ao trabalho e ao sono. Dessa forma o lazer passou a ser usufruído no tempo livre, ou seja, nos momentos em que não estavam trabalhando.

Evidentemente, tanto a industrialização quanto a delimitação das jornadas de trabalho seguiram calendários e ritmos próprios em cada parte do mundo. O que não impediu que a concepção de lazer como o uso do tempo do não trabalho se tornasse uma das características centrais das modernas aglomerações urbanas.⁵⁰

Vemos surgir uma nova concepção de lazer, idealizada inicialmente pela elite detentora do tempo livre por excelência e exigida, por assim dizer, pela classe de trabalhadores. Temos uma nova sociedade que passa a valorizar e disputar cada vez mais as vivências nos espaços públicos, apresentando maneiras diferenciadas de cada grupo inscrever sua presença nas cidades. No Brasil, esse processo apresentou suas peculiaridades, tendo o lazer para chegar na vida dos trabalhadores percorrido um longo caminho. O lazer teve de se adequar a uma sociedade que ainda não conhecia a limitação legal das jornadas de trabalho, marcada pela presença da escravidão, com uma economia substancialmente agrária e com uma industrialização ainda limitada e lenta.

Muitos debates surgiram em torno da civilização e da modernidade, no século XIX, e nas primeiras décadas do século XX. O lazer, assim como as tendências de

⁴⁹ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304

⁵⁰ MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. (org). **Vida Divertida**: Histórias do Lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 11.

moda, arte e tecnologia vindos da Europa chegou até nós como mais um símbolo dos novos tempos. O desejo crescente pela civilização em moldes europeus se materializou em intensos conflitos em torno dos usos do espaço público. Segundo Marzano e Melo, moldava e reforçava as diferenças sociais.

Intelectuais e autoridades defendiam que as diversões da cidade – não só nas praças como também nos teatros e outros espaços – deveriam atestar o seu grau de civilização, enquanto variados segmentos sociais insistiam em (re)afirmar, principalmente nos momentos de lazer, suas escolhas, preferências e visões de mundo. As hierarquias e conflitos não desapareceriam nesses momentos. Mais do que expressar conflitos de classe, o lazer evidenciava divergências no interior de um mesmo segmento social. Até quando reunia diferentes parcelas da sociedade em um mesmo espaço, na ainda embrionária formação de uma cultura de massas, o lazer também dividia: cada grupo se divertia à sua maneira, de acordo com códigos culturais específicos.⁵¹

O lazer foi se estruturando como um determinante social, servindo para ostentar o luxo entre as pessoas de uma mesma classe, demonstrar a riqueza de um lugar e principalmente para reforçar as hierarquias. A classe trabalhadora por sua vez, buscava de algum modo se encaixar nesses espaços.

A partir disso e para reforçar essas divisões de classe começaram a se espalhar de forma significativa pelas cidades espaços privados para o lazer e a diversão como casas de jogos proibidos, teatro, circo e casas de mulheres de má fama. O lazer desse modo, pode ser visto como uma expressão da variedade, do dinamismo e da complexidade de uma sociedade.

No livro *Lazer no Brasil*⁵², Requixa, inicia sua discussão fazendo uma observação sobre a dificuldade de resumir o lazer neste país, em decorrência da sua diversidade cultural e continentalidade geográfica e que os extremos do país não são a riqueza e o contraste das paisagens naturais, mas as características locais e variantes coletivas, resultado da exploração econômica e da diversidade nos modos

⁵¹ MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. (org). **Vida Divertida**: Histórias do Lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 13.

⁵² REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1977.

de vida, escala de valores e padrões de comportamento da sociedade. Conforme Requixa,

As diversas regiões do país, com estágios diferentes de desenvolvimento, vão permitindo que se observem as prevalências relativamente ao tipo de sociedade. Nas regiões menos desenvolvidas predomina a sociedade de tipo mais tradicional, ao passo que nas regiões mais industrializadas e mais desenvolvidas há predomínio de uma sociedade de tipo moderno.⁵³

O processo de urbanização no Brasil, ocorreu de forma acelerada, a partir da industrialização. A sociedade estava a se modernizar e se desenvolver com as indústrias, desse modo tínhamos um primeiro embate, os reflexos iniciais da industrialização e da urbanização sobre o tempo de trabalho e o tempo livre.

[...] às condições desumanas de trabalho, com acidentes frequentes; a jornada de trabalho atingindo 12 e 13 horas e os salários insuficientes. Tal situação provocaria inúmeras manifestações de protesto, através de reivindicações e greves. Das greves, a mais ampla e de maiores repercussões foi a realizada em São Paulo, em 1917, presenciada pelo poeta Mário de Andrade que, sensível às condições precárias em que viviam os operários paulistas, no geral estrangeiros imigrantes, com predomínio de italianos, espanhóis e portugueses, fixa a situação em três versos dolorosos: “lá para as bandas do Ipiranga as oficinas tosem... Todos os estiolados são muito brancos.”⁵⁴

1.3 Concepções e ordenamento dos espaços de lazer em Aracaju

Levando em consideração as concepções de civilidade disponíveis no período em que se retrata essa pesquisa, Aracaju foi construindo os seus espaços de lazer a medida em que o seu povoamento foi se expandindo, de acordo com as necessidades e com referências advindas das grandes cidades e de outros países, identificadas em jornais da época. A princípio, os espaços de lazer não estavam definidos, pois as

⁵³ REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1977. p.10.

⁵⁴ REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1977. p. 27.

peças estavam acostumadas a utilizarem os espaços públicos para lazer, a exemplo das festas religiosas que aconteciam nas praças. Os momentos de lazer eram mais familiares e atrelado a questões religiosas. Os espaços fechados de lazer, em Aracaju, foram construídos pela elite.

Outra questão a ser abordada, é que esses espaços de lazer, de certa forma, promoveram a separação social entre os aracajuanos. Porque antes da criação de espaços restritos (com a exceção das festas familiares/particulares) a população estava acostumada com a publicização dos divertimentos em que se não todos participavam, ao menos todo podiam visualizar.

Já nos espaços criados especificamente para o lazer, existiam regras que indicavam o perfil socioeconômico das pessoas que podiam associar-se a esses estabelecimentos, selecionando o seu público, assim como regras para definir quais seriam os divertimentos promovidos no referido espaço. Além das regras constituídas pelos próprios estabelecimentos, o governo, através do serviço de segurança pública fiscalizava os horários e até mesmo censurava os divertimentos públicos, além de que nenhum divertimento público seria realizado “sem a licença da autoridade policial competente e sem o prévio pagamento dos impostos devidos”.⁵⁵

Art. 2º Nenhum divertimento público se realizará sem a licença da autoridade policial competente e sem o prévio pagamento dos impostos devidos.

Ar. 3º As licenças serão requeridas: na capital, ao Chefe de polícia ou a autoridade por ele designada; nos outros municípios aos delegados de polícia.

Parágrafo único do Art. 4º. Quando se tratar de representações teatrais, os empresários ou diretores de companhia as deverão juntar o repertório completo das peças que pretendam levar a cena e, sendo-lhes exigido, juntarão um exemplar de cada peça.

Art. 26. É vedado o ingresso as pessoas embriagadas, as que se apresentarem com falta de asseio, as que não observarem os preceitos da decência e as que, por qualquer modo, incomodem os espectadores.

Art. 28. Ninguém pode perturbar a representação ao impedir os espectadores de ver ou ouvir o espetáculo anunciado.

⁵⁵ **Lei N. 580 de 17 de novembro de 1910**, manda observar o regulamento para os divertimentos públicos. Aracaju: Typ. D'O Estado de Sergipe, 1910.

Art. 30. Em casos de vaias aos artistas, durante a representação, a autoridade deve certificar-se, rapidamente se as demonstrações de desagrado são gerais e persistentes ou sem pretexto, se reprovadas pela maioria do povo culto para neste caso se opor a sua continuação.

Art. 37. Em caso de grave perturbação da ordem, a autoridade policial pode determinar a suspensão do espetáculo.

Art. 38. O chefe da polícia pode proibir temporária ou definitivamente, o funcionamento de qualquer teatro ou casa de divertimento público, se assim o exigir a manutenção da ordem e tranquilidade pública.⁵⁶

Percebemos um esforço, por parte do governo, em disciplinar os espaços de lazer e divertimentos públicos. A necessidade de legislação para tornar ou manter a cidade disciplinada acaba por revelar exatamente o quanto não é disciplinada. No Art. 5 do *Regulamento para os divertimentos públicos* ordena-se que às representações teatrais precisavam antes de aprovação e o visto do Chefe de polícia.

Certamente essas regras não eram seguidas ou mesmo cobradas “ao pé da letra”, mas era o que se esperava da sociedade, dos bons costumes e a decência pública. Para isso, os espetáculos deveriam antes de serem apresentados, exibidos previamente a autoridade policial, caso contrário estaria sujeito a penalidades judiciais. No capítulo VII, artigo 44, as orientações vão para como os espectadores devem se apresentar e se comportar.

Do mesmo modo, alguns anos antes, em 1893, o jornal *O Republicano*, apresenta algumas orientações, a título de “conselho”, de etiqueta sobre como as pessoas deveriam se comportar nos bailes e demais divertimentos:

Conselho

Visto que estamos em época de bailes, entendemos de utilidade consignar aqui algumas prescrições e conselhos sobre a maneira como cada um deve portar-se nesses divertimentos.

Nunca devem beber qualquer líquido, a não ser que tenham sede. É melhor também só comerem quando tiverem apetite.

Nas ceias é bom terem toda a cautela em não meterem a comida na boca do vizinho, mas sim na própria; já não é tão censurável a prática, de se tratar de líquidos.

Não é de um extraordinário bom tom tirar as calças no meio da sala, ou puxar para fora a fralda da camisa. Outrossim se recomenda o uso

⁵⁶ Idem.

muito moderado de capa de borracha nos bailes. Todo o cuidado em nunca entrar a cavalo nos lugares em que se dançar.

É muito desagradável dançar sobre as cadeiras ou mesas; lembramos que para esse efeito é preferível o assoalho.⁵⁷

As orientações continuam e inclusive referenciando a moda e recomendando que é melhor dançar com as senhoras presentes que com os guardas chuvas. Inferimos um tom de ironia presente nas orientações do texto, o que causa a nossa inquietação com este texto é que essas orientações partem do periódico que, embora particular, era o responsável pela publicação dos atos oficiais, conforme contrato celebrado entre a administração do jornal *O Republicano* e o governo do estado de Sergipe, em 31 de dezembro de 1889.⁵⁸

A moda atualmente consagra o uso imprescindível dos sapatos nas reuniões; hoje já ninguém dança descalço ou de meias.

Recomenda-se muito especialmente às pessoas que frequentam bailes o deixarem de dançar com os respectivos guarda-chuvas; é melhor tirar para par algumas das senhoras que estejam presentes.⁵⁹

Em certa medida, essa relação entre cultura, política e sociedade já havia sido posta por Norbert Elias em seu clássico e inovador livro *O processo civilizador*, chamando a atenção para a função que a etiqueta e os “bons costumes” exerceram nas diferenciações e hierarquização das classes e consolidação do Estado Moderno.⁶⁰

Os espaços urbanos externos também possuíam regras, sendo fiscalizado pela polícia, a exemplo dos Parques e Jardins Públicos para os quais foi criado uma guarda especial – os Guardas jardins – para fiscalizar a população. Como prescrevia o Regulamento de 1927:

Art. 1. – Os jardins públicos e parques são próprios municipais destinados para recreio da população.

⁵⁷ **O Republicano**. Aracaju, N. 106, 13 de maio de 1893. P. 2.

⁵⁸ **O Republicano**. Aracaju, Ano II, N. 95, 20 de março de 1890. P. 1.

⁵⁹ **O Republicano**. Aracaju, N. 106, 13 de maio de 1893. P. 2.

⁶⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, em dois volumes. O primeiro, dedicado à história dos costumes; o segundo, à formação do Estado e da civilização.

Art. 7. – Aos guardas do jardim incube:

5. – Os guardas deverão tratar o público com a máxima urbanidade.

6. – Manter a ordem e decoro nos jardins, usando de meios brandos e suasórios contra os que procederem mal e levando o fato ao conhecimento do Intendente.⁶¹

Figura 5: Parque Teófilo Dantas (sem data)



Fonte: <https://aracajuantigga.blogspot.com/search?q=parque>

Ao mesmo tempo em que o divertimento estava sendo incentivado existia um controle sobre essa diversão. Locais de estudo, como os clubes de leitura foram se expandindo. Existiam também as casas de veraneio, mas as pessoas não utilizavam as praias para o lazer, era mais utilizado por rezadeiras, para banhos medicinais.

As regras de fiscalização municipal dos espaços de lazer foram determinadas pelo Código de posturas de 1903, a saber:

⁶¹ **Regulamento n. 19 para o serviço de parques e jardins.** Aracaju: Ets. Grap. José Lins de Carvalho, 1927.

Art. 68. São proibidos em todo o município as vozerias, sambas e cantadas, salvo as reuniões e divertimentos permitidos pela polícia.

– Pena – de prisão por dois dias.

São responsáveis pelos excessos os donos das casas ou os diretores, ou encarregados das reuniões, ou divertimentos, os quais perante este Código responderão pelas contravenções.

Art. 69. São proibidas as sentinelas com cantorias em vozes altas aos indivíduos falecidos.

– Pena – de 5 dias de prisão.

Art. 85. Ninguém poderá percorrer o município dirigindo funções intituladas de reis e bailes pastoris com fim lucrativo, sem ter solicitado licença da intendência.

– Pena – de 10\$000, ou 3 dias de prisão.

Art. 86. Depende de licença anual toda sorte de espetáculo público, que nas ruas, praças, teatros, ou casas especiais no município se propuserem a dar quaisquer indivíduos, companhias, grupos, sociedades ou mesmo um só fim lucrativo. Pelos espetáculos serão responsáveis os diretores ou empresários.

– Pena de 30\$000 de multa, ou 7 dias de prisão.

§ Único. Por espetáculo lucrativo entende-se aquele em que se dê concorrência mediante uma entrada paga na ocasião do espetáculo ou antecedentemente por meio de cartões, mas sempre no dia anunciado.

Art. 87. Ficam também sujeitos a licença os botequins que se abrirem por ocasião de espetáculo em teatros ou não, público ou particular, e de festas.

– Pena de 10\$000 de multa ou 5 dias de prisão.

Capitulo 9 – Dos jogos, rifas e loterias

Art. 111. Os donos de jogos, rifas e loterias de público permitidos pela polícia em dias e noites festivas, em casas para esse fim destinadas, em teatro ou pavilhões levantados para esse fim, ou qualquer outra sorte de divertimento popular, nas ruas e praças do município pagarão a importância da licença consignada no orçamento. Pela falta de licença os infratores pagarão multa, e serão responsáveis por seus filhos e criados, os chefes de famílias, além de serem obrigado a retirar o divertimento.

– Penas de 20\$000 de multa ou 5 dias de prisão.⁶²

Interessante tomar essas leis de ordenamentos social para análise histórica porque elas acabam por revelar justamente a existência de práticas que são alvo do

⁶² **O Republicano**. Aracaju, 30 de maio de 1890. P.14. **Código de posturas da Intendência municipal de Aracaju**, 1903.

ordenamento. Assim como aconteciam em outras cidades do Brasil, em Aracaju também a população se reunia nas ruas para os “sambas e cantadas”; os velórios também podiam ser motivo para reuniões e cantorias através da madrugada. Tudo isso, como se vê, passou por um processo de vigilância e disciplinamento.

O surgimento dos clubes em Aracaju foi intensificado a partir do primeiro carnaval de rua em 1888, levando aos organizadores carnavalescos a definir uma associação e um espaço com nome específico para reuniões e o planejamento de como seriam os desfiles, estes serviram também para oportunizar outros momentos de lazer para além do carnaval.

1.4. Os lugares de divertimentos aracajuanos

Como toda cidade, Aracaju possuía seus espaços de lazer, a princípio os mais simples como praças e igrejas e logo mais foi se modernizando e aderindo aos novos espaços de divertimento como os cinemas e clubes recreativos. Por ser uma cidade jovem Aracaju chegava até a ser considerada uma cidade tediosa, visto que as festas tradicionais ocorriam nos municípios mais antigos como Laranjeiras, Estancia, entre outros.

Então, com o passar dos anos as casas de divertimento foram se instalando na capital sergipana a exemplo, dos Teatros e cinemas, os mais famosos entre os jornais eram o Carlos Gomes e o teatro São José. O Teatro Carlos Gomes foi inaugurado pelo italiano Nicolau Pungitori em 1904, era localizado à rua Japaratuba⁶³, anos depois viria a se tornar o Cine teatro Rio Branco.

Segundo Andreza Maynard,

A primeira exibição cinematográfica em Aracaju teria ocorrido em 1899 graças à iniciativa do escritor teatral Cypriano Duarte, que utilizou o palco do teatro São José, localizado à Rua da Aurora, para improvisar uma tela e exibir uma película de 18 metros. [...] Acostumado às peças teatrais o público aracajuano não se rendeu de imediato às exibições cinematográficas, que embora fossem

⁶³ Atualmente denominada como Rua João Pessoa (calçadão comercial).

concorridas, logo receberam o jocoso apelido de “Presepe de Sombras”.

A maioria dos filmes eram reproduções de paisagens, cenas do cotidiano, a exemplo dos filmes dos Lumière, com poucos minutos de duração. Eram chamados de “documentários” ou “atualidades”. Durante as primeiras exibições Cypriano ficava no palco comentando os quadros a serem apresentados.⁶⁴

Inicialmente as exibições de cinema eram feitas por empresas que agendavam suas apresentações nos teatros da cidade, como noticia o jornal Folha de Sergipe:

Estreou ontem como fora previamente anunciado, no teatro Carlos Gomes, o importante cinematografo da empresa ‘Star Cy’ atualmente em excursão pelos estados do Norte.

As fitas com que foi organizado o programa da estreia, agradaram sobremodo, com especialidade as cômicas que trouxeram o público em constante hilaridade.

Hoje a empresa realiza o seu segundo espetáculo, com um programa novo e cheio de atraentes números.

Todos ao Carlos Gomes!⁶⁵

Os clubes e associações também recebiam essas empresas de cinema, a exemplo do clube Esperanto

Foi um belo espetáculo o de quinta feira última, realizado pelo cinema Pathé, em benefício dos cofres sociais do apreciado Clube Esperanto.

O teatro estava vistosamente embandeirado, apanhando numerosa concorrência, ontem o cinema realizou um atraente recital, encenando fitas de alto gosto.⁶⁶

⁶⁴ MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “Presepe de sombras” em Aracaju (Sergipe-Brasil): uma reflexão sobre exibições cinematográficas no início do século XX. Revista de História da UEG, v. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2134>.

⁶⁵ **Folha de Sergipe**. Aracaju, N. 93. 5 de abril de 1908. P. 2.

⁶⁶ **Folha de Sergipe**. Aracaju, N. 28 de agosto de 1910. P. 3.

Logo o cinema foi ganhando espaço dentro do cenário cultural e de lazer que estava sendo construído em Aracaju. Em matéria publicada pelo jornal *A Rua*, o cinema era uma das diversões mais disputadas em Aracaju, mesmo sendo “fitas” repetidas e o ambiente não muito agradável, pelo que descreve o autor com o pseudônimo de Mané do Norte:

Cinema Sergipe...

Até parece uma pilheria de mau gosto atirada ao nosso público.

Relógio de repetição... isto sim; este é o nome que quadra a tal senhora Fábrica de níqueis atualmente funcionando no Carlos Gomes, que se vê proibido de dar asilo a excelentes companhias que nos tem querido visitar. A culpa é inteiramente da imprensa grande da terra que devido a duas mesquinhas entradas para uma só sessão estraga um dilúvio de adjetivos. - Hoje soberbo espetáculo! Brilhantíssimo programa com fitas novas... É o que se lê todos os dias. E o Zé pagante, que se vê atoa, sem diversão alguma, lá vai com a ranchada toda. Depois de uma maçada terrível num beco, a que a empresa e ainda a Imprensa grande batizaram de salão de espera, lá se vai aos trambolhões. Assistir à exibição de fitas que de velhas e repassadas já tem cabelos brancos. E diga-se que o Aracajú já tem um permanente. Uma ova! (Mané do Norte)⁶⁷

O referido jornal tem o perfil voltado para a crítica e humor, além de contar com a preferência mais conservadora do autor que aparenta gostar mais das atrações das companhias de teatro que da novidade do cinema, moda que vinha ganhando espaço nas casas de espetáculo.

Como pudemos observar no decorrer deste capítulo, Aracaju estava buscando estratégias de se fazer uma cidade moderna e civilizada através da regulamentação do convívio social, bem como, da construção dos seus novos espaços de lazer e divertimento.

⁶⁷ **A Rua**. Aracaju, Ano II, edição N 1. 2 de abril de 1911. P. 1

CAPÍTULO 2

O CARNAVAL EM ARACAJU

2.1 O início dos festejos carnavalescos em Aracaju

Em Portugal, como tradição, durante a entrada da primavera, era comemorado o Entrudo.⁶⁸ Adaptada ao cristianismo, essa festa antecedia a Quaresma, momento de reclusão e penitência para os católicos:

A palavra Entrudo significa “entrada”, em referência ao início da primavera. O Entrudo português possuía uma forma bastante diversificada, conforme região em que era realizada. Em algumas localidades, as pessoas invadiam as casas de parentes e vizinhos e atacavam-se umas às outras com lama, cinzas ou mesmo água; em outras a ênfase estava na malhação do boneco do Entrudo.⁶⁹

O Entrudo, inicialmente, se apresentou como uma festa constituída no âmbito das relações de parentela e vizinhança. Por ser considerada de caráter bárbaro, pela imprensa portuguesa, aos poucos começou a se limitar as aldeias e pequenos burgos e, nas cidades maiores, passou a ser substituído, através da influência cultural italiana e francesa, pela festa do Carnaval.

Segundo o historiador russo Mikhail Bakhtin, o carnaval era um conjunto de manifestações da cultura popular existente na Idade Média e no Renascimento; constituía um princípio de compreensão e ordenamento do mundo, onde os indivíduos sentiam-se parte da coletividade.⁷⁰

De acordo com o autor, o carnaval era o local privilegiado da “inversão de valores”, em que o pobre e o marginal podiam, simbolicamente, compartilhar da vida

⁶⁸ “O mesmo que carnaval. [...] No Brasil, “folguedo carnavalesco que consistia em lançar água, com limões-de-cheiro e outros meios, uns aos outros”, cf. Caldas Aulete. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

⁶⁹ RUFINO, Marcos Pereira. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Carnaval brasileiro – o vivido e o mito. **Revista de antropologia**. São Paulo: 1992. 239 pp. – USP, 1993, v.36.

⁷⁰ BAHKITIN, Mikhail. **A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 7.

social ao lado dos ricos e remediados. O carnaval era como um espetáculo, sem diretor e sem palco, que derrubava as hierarquias sociais, as ideologias, as diferenças de idade, de cor e de sexo – um “tempo de exceção”.

Enquanto as festas oficiais ajudavam a manter a estabilidade das regras sociais e das hierarquias, o carnaval anunciava a suspensão dessas hierarquias e dos valores e normas consagradas. Conforme Bakhtin,

[...] o tom da festa oficial só podia ser o da sociedade sem falha, e o princípio cômico lhe era estranho. Assim, a festa oficial traía a *verdadeira* natureza da festa humana e desfigurava-a [...].

Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus [...].⁷¹

No Brasil dos tempos coloniais e imperiais, esse carnaval de que nos fala Bakhtin se assemelha muito ao Entrudo. A população pobre se divertia com um misto de brincadeiras populares com práticas de jogar comidas apodrecidas como ovos e limões, que depois foram se transformando em brincadeiras mais amenas como jogar água perfumada. No final do século XIX, principalmente nas grandes cidades, essa festa começou a ser substituída pelo Carnaval, que teve sua origem com a chegada da família real, no Rio de Janeiro, em 1808. Trazendo a rotina dos bailes fechados nos salões da Corte e logo em seguida dos carnavais de rua com seus carros alegóricos. Que passou a ser replicada nas capitais e demais cidades grandes.

Por ser considerada uma festa de baixo custo, o Entrudo sobreviveu em algumas localidades, apesar de ter desaparecido no âmbito nacional. Surgiram assim desfiles de carros e carruagens e os primeiros clubes ou sociedades carnavalescas. Agora tínhamos “civilização” versus “barbárie”, enfatizava a imprensa tais mudanças. Diferente do Entrudo, que era uma festa mais extrovertida, brincalhona, provocativa e, para alguns, certamente ameaçadora que os desfiles de carros e carruagens, que serviam para os ricos ostentarem suas riquezas e fantasias.

⁷¹ Ibidem, p. 8 (grifo do autor).

As escolas de samba surgem como um contraponto do Entrudo; foi uma forma de ordenamento e disciplinamento da festa do carnaval de maneira a não ameaçar as estruturas sociais. Os dirigentes dessas escolas são homens brancos de negócios, não havendo mais lugar para pessoas de cor nessa posição. Estes ficam com a dança e o samba. Conforme Rufino,

O contexto em que se formam as primeiras escolas de samba estava marcado por uma ampla valorização de tudo aquilo considerado, então, como autenticamente nacional. O samba é absorvido em tal processo e, em 1936, a prefeitura carioca legaliza a participação dessas escolas nos festejos. O populismo da política nacional do período também contribuiu para a liberação das atividades de tais associações, permitindo assim que o negro e o mulato comemorassem os festejos em espaço público, o que era anteriormente proibido.⁷²

Apresenta-se uma nova fase, de maneira que os locais públicos passam a ser ocupados não só por brancos, mas também por negros. Essa concepção de igualdade social e racial aparente é questionada por Maria Isaura em seu livro sobre o carnaval brasileiro:

Tal como o desfile das escolas de samba, os bailes carnavalescos estariam muito longe de qualquer crítica estrutural da sociedade. Todas as divisões sociais presentes em nosso cotidiano estariam neles refletidas. Seu caráter “bem-comportado” é facilmente atestado no tratamento especial dado às autoridades, na rejeição social dos negros, na preeminência dos heterossexuais sobre os homossexuais e na própria divisão espacial do salão: os ricos nos seus camarotes e os pobres nas pistas amontoadas.⁷³

Aracaju, assim como as demais cidades, passou a substituir o Entrudo, festa considerada bárbara ou selvagem, pelo Carnaval, considerado uma festa símbolo de uma sociedade civilizada.

A rejeição ao Entrudo passou a ser oficializada através de proibições oficiais a esses festejos em várias cidades de Sergipe. O exemplo que trazemos aqui é do

⁷² Idem, p. 246, § 4º.

⁷³ Idem, p. 249, § 2º.

Código de Posturas da Vila de Divina Pastora, em 1890, mas não era diferente na cidade de Aracaju:

Art. 67

É absolutamente proibido o entrudo nas ruas desta vila e povoados. Podendo este brinquedo ser substituído pelo carnaval. Pena de [ilegível] ou 3 dias de prisão.⁷⁴

Sabemos que existem vários modos de diversão a exemplo de danças, cantos, festas, sejam religiosas ou não, que existem desde sempre. Entretanto, se tomarmos os discursos da imprensa da época os aracajuanos só começaram a ter lazer de fato e de direito a partir do momento em que começou a se comemorar o carnaval.

A referida festa apresentava-se como solução elegante para divertimentos que condiziam com os costumes “civilizados” oposto a barbárie do *Entrudo*. Entretanto, prevalecem até os dias atuais, principalmente nos carnavais do interior como, a exemplo, a festa de Cabacinhas em Japaratuba e a guerra de farinha em Neópolis e outros municípios.

Assim como em Paris, Veneza e Rio de Janeiro, Aracaju também teria o seu carnaval. Em 19 de fevereiro de 1888, o jornal *A Reforma*, propriedade do partido Liberal e cujo editor chefe era o advogado Gumercindo Bessa, noticiava:

Teve Sergipe esse ano a sua festança de Carnaval. Teve inesperadamente, de improviso, mas, talvez por isso mesmo, com uma pompa tal que parecia estarem as diversas sociedades preparando-se durante muito tempo.

Magnifico!

E o bom é saber-se como começou tudo isto. Já nos últimos dias de janeiro põe-se o sr. tenente Nicolau Tolentino a agitar a ideia de formar-se um grupo de um Zé Pereira doido, como dizia ele; encontrou alguns companheiros e começou o ar na rua de S. Cristóvão, onde mora o sr. tenente, a entrar em ondulações tais de um mar tempestuoso, isto produzido pelos rufos dos tambores em que todas as tardes a nova sociedade batia a valer.⁷⁵

⁷⁴ **O Republicano**. Aracaju, 30 de maio de 1890. P. 1.

⁷⁵ **A Reforma**. Aracaju, N. 59.19 de fevereiro de 1888. P. 2 e 3.

Daí logo a lembrança de alguns comerciantes de formarem um grupo que devia chamar-se Mercurianos; em seguida organizou-se outro grupo – Os Cordovínicos.⁷⁶

Podemos observar que houve grande interesse e mobilização por parte desse grupo de amigos que contou com o apoio de comerciantes, provocando grande especulação e movimentação na cidade. Com relação a biografia do Tenente Nicolau Tolentino, tido como agente causador do primeiro carnaval em Aracaju, somente foi encontrada nota no dicionário de Armindo Guaraná no verbete referente ao seu filho o jornalista “Mário de Araújo Hora – Filho do Tenente Nicolau Tolentino Sales da Hora e D. Argemira de Araújo Hora, nascido a 25 de junho de 1891 em Aracaju.”⁷⁷

e no domingo é a população desta cidade surpreendida por uma festança carnavalesca esplêndida.

Em primeiro lugar saiu a rua o Zé Pereira.

Um Zé Pereira mesmo doido como queria o tenente; coisa limpa.

Trajava uniformemente calças de riscado apanhadas por suspensórios até a altura do estomago, camisa branca, chapéu de pelo e mascaras com barbas.

Tinham no peito um botão vermelho como distintivo da sociedade.

Na frente ia o porta bandeira levando o pavilhão da sociedade.

Montava um burrinho especial pelo tamanho e que por sua vez trazia o seu chapéu de pelo, mas com o qual não parecia estar muito satisfeito.⁷⁸

O domingo de carnaval foi de grande expectativa para a população aracajuana. O primeiro grupo a se apresentar foi o do tenente Nicolau, o idealizador e articulador da festa de carnaval aracajuana. O Zé Pereira doido, que era limpo e uniformemente vestidos com botão distintivo que caracterizava a sociedade.

⁷⁶ **A Reforma**. Aracaju, N. 59. 19 de fevereiro de 1888. P. 2 e 3.

⁷⁷ GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro, 1926.

⁷⁸ **A Reforma**. Aracaju, N. 59. 19 de fevereiro de 1888. P. 2 e 3.

Em seguida se apresentaram os clubes Mercuriano e Cordovínico com suas belas fantasias temáticas. O primeiro, até trouxe uma crítica às loterias da província, mas não fica claro se positiva ou negativa.

Seguiu-se o Clube Mercuriano.

Vestiam uniforme azul e vermelho e traziam um barrete azul com pluma branca. Tinham a frente a música de polícia e seguindo o grupo iam dois bem arranjados e artísticos carros. No da frente iam duas crianças com o traje geral, e a Deusa da fortuna que tinha sobre si uma rica vestimenta bordada a ouro; no outro uma crítica às projetadas loterias da província.

O Clube dos Cordovínicos trazia dominó branco, guarnecido de vermelho.

Por sinal distintivo traziam ao peito esquerdo um laço de fita branco e vermelho. Os trajes bem como o pavilhão estavam arranjados com muito gosto e perícia.⁷⁹

Interessante observar que os clubes carnavalescos já começavam a trazer temas da mitologia greco-romana (“a Deusa da Fortuna”) e vestuários que remetiam a nobreza (“barrete azul com pluma branca”). As cantatas e danças populares eram substituídas ali pela “música de política” a frente.

O cronista de *A Reforma* reclama por não ter havido festa de carnaval na segunda-feira por conta da tradicional feira que ainda é usada na capital. Retornando as festividades na terça-feira com grande entusiasmo e o aumento na participação dos clubes:

Não houve passeata no segundo dia por causa da anacrônica feira que ainda usamos na capital da província.

Terça feira os grupos e a população dobraram de entusiasmo.

Tanto os Zé Pereira, como os Cordovínicos deitaram carros, os Mercurianos aumentaram para três o número de seus carros e à frente do préstito apresentou um crescido grupo de cavalheiros que trazia o distintivo da sociedade.⁸⁰

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

Dentre os novos grupos de brincantes, estava o dos trabalhadores da fábrica de Tecidos Sergipe Industrial que vestiam tecidos produzidos pela fábrica, dando a festa um caráter mais popular.

Apareceram mais três grupos; dois que estavam regularmente trajados e um que trajava com originalidade – era o dos Industriais; composto de quase todos os empregados da Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial.

Vestiam tecidos, produtos da fábrica, e traziam por distintivo uma lançadeira colocada no ombro esquerdo.

Essa especialidade de trajar dava ao festejo popular uns tons de patriótico e local.

Era uma forma de “democratizar” o carnaval, inserindo o trabalhador na festa, mas dentro dos padrões aceitos de conduta “civilizada”. E o cronista seguiu narrando a sequência do festejo pelas ruas da capital:

Foi essa uma bela lembrança.

Os grupos percorreram quase todas as ruas da capital e em cada uma delas recebiam as mais vivas manifestações de agrado.

De muitas casas de família atiravam-lhes flores em profusão.

Na rua de Japarutuba (Antiga do Barão) muitas damas e meninas traziam ao peito o distintivo da sociedade Mercuriana.

Na praça do Rio Real, em sua casa, a passagem da sociedade Cordovínicos, assim como a dos Mercurianos o sr. Severiano Cardoso recitou duas lindíssimas e bem inspiradas poesias. A que podemos ouvir com atenção, estava uma poesia bem-feita, digna daquele poeta. Sobre o colorido das imagens havia a analogia a mais perfeita.

A noite muitas ruas iluminaram-se.

Os festejos prolongaram-se até a meia noite.

A todas essas coisas agradáveis aliou-se mais uma – não tivemos a lamentar a mínima alteração na ordem pública. A população do Aracajú deu a melhor cópia de seu espírito ordeiro.

Estão, assim, iniciados os festejos carnavalescos em Aracajú; acreditamos que não ficará nesse único, tais são as principais pessoas que dirigem as sociedades.⁸¹

⁸¹ **A Reforma**. Aracaju, N. 59. de 19 de fevereiro de 1888. P. 2 e 3.

Após o sucesso do primeiro Carnaval aracajuano, no último ano do Império, instalou-se a tradição de clubes carnavalescos em Sergipe, como está registrado nas páginas dos jornais que circularam no referido período e continuaram a acontecer após a implementação da República.

Em 1889, ano seguinte, houve grande especulação se os grupos carnavalescos iriam se apresentar como no ano anterior. A seção “Echos da semana” do jornal *A Reforma* destacou:

O Carnaval! é a nota dominante do dia, a conversação obrigada de todas as pessoas de bom gosto!

Antes assim! Que ele venha com toda sua alegria, com suas críticas espirituosas, seus clubes deslumbrantes! [...]

Este ano a coisa cheirou a capricho e cada qual dos clubes carnavalescos procura ostentar mais esplendor, mais espírito, mais riqueza, enfim! [...]

Tem já havido ocasião de se inflamarem os competidores em discussões sem valor nenhum. Verdade é que no meio de certos divertimentos aparecem sempre pessoas mais sensíveis que outras que acham sempre motivo para disputas. [...]

O Zé Pereira ressuscitou com todo seu estrondo, com todo seu cortejo de tambores.

Era uma desumanidade deixar morrer assim o clube que deu vida ao carnaval entre nós. É um preito de homenagem ao tenente, que, rompendo preconceitos, teve a força de vontade precisa para lançar entre nós a semente, que está germinando, de tão belo divertimento.⁸²

O segundo ano de comemoração do Carnaval em Aracaju, em 1889, foi assim descrito pelo jornal *A Reforma*:

O sol saindo da penumbra, rociado pelas emanções da aurora, escrevia na tela azul do infinito, com as extremidades dos raios luminosos, a epopeia de uma festa pagã, que a civilização adotou como corretivo às cenas selvagens de outrora, á barbara recreação do Entrudo.

O Carnaval, assim introduzido pelo progresso dos povos onde quer que suspenda a cabeça loura de bacante, tem o poder mágico,

⁸² *A Reforma*. N.1099.17 de fevereiro de 1889 P. 2 e 3.

fantástico, de embriagar os espíritos mais concentrados, produzindo sonhos mais belos, mais sedutores do que os produzidos pelo éter.⁸³

A imprensa, liberal na política e conservadora nos costumes, reiterava a importância da substituição da “bárbara recreação do Entrudo” e suas “cenas selvagens” pelo Carnaval, como sinal do “progresso dos povos”.

A especulação maior era de como seriam os desfiles e sobretudo qual seria o clube vencedor do Carnaval de 1889. E o agradecimento ao Tenente Nicolau por ter implantado os festejos carnavalescos na capital da província de Sergipe.

A nota predominante da semana foi o carnaval.

Desde o domingo pela manhã, a população desta cidade e a imensa massa do povo que ocorreu de todos os pontos da província, para assistir a apregoada festa, se podia fazer simbolizar por um enorme ponto de interrogação.

-- Venceriam os Mercurianos?

--Venceriam os Cordovínicos?

[...] E no fim, forçoso é dizer, não houveram vencedores nem vencidos, como acontece sempre nas grandes lutas da inteligência e do trabalho; houveram heróis que conquistaram louros para as suas bandeiras, ambas gloriosas, triunfantes ambas.

Não nos resta espaço para entrar em detalhada análise de toda a festa, que esteve verdadeiramente esplendida; mais rica sem dúvida do que se poderia esperar e na altura de figurar em mais adiantada cidade do império.

O balanço do segundo ano de carnaval aracajuano também foi positivo, digno da mais adiantada cidade do império, ou seja, festa organizada, moderna nos moldes das festas que aconteciam no Rio de Janeiro. Continuando as observações o cronista descreve os detalhes das alegorias do Mercuriano:

Notamos nos Mercurianos a riqueza do estandarte bordado a ouro, obra prima da habilmente prendada Ex.^a D. Domitilla, diretora do colégio 24 de outubro, e a beleza das roupas das principais figuras,

⁸³ **A reforma.** N.112. 10 e março de 1889. P.3.

que presidira a sua confecção a prodigalidade com que se fizera a despesa.

Seus carros significavam o primeiro a força, por meio de um elefante sobre cujo dorso se ostentava, primorosamente vestida, uma sultana. O segundo, o comércio, por seu deus mitológico, mercúrio, representado pelo presidente do clube, ricamente fantasiado. Diana, a deusa da caça, era o assunto simbólico do terceiro, que representava um monte, onde ia sentada uma formosa menina, também elegantemente vestida. Tiveram um carro de crítica de muito espírito e efeito. Fechava o préstito uma chave conduzida em um carro ornado com gosto, por um menino.

Distribuíram em sua passagem muitas poesias, e receberam inúmeras saudações da população.

Os jornais não fazem qualquer referência às manifestações mais populares do carnaval – o que certamente havia – fora desse “quadrado de Pirro”.

A invisibilidade dos negros e mestiços, ou da população pobre, pela imprensa, evidencia a reafirmação de domínio político e simbólico dessa elite no espaço urbano. Por outro lado, à medida que esse carnaval vai ganhando mais força, muitos desses populares passarão de brincantes para meros espectadores dos desfiles dos blocos carnavalescos.

Diante da riqueza de detalhes nos ornamentos dos Mercurianos segue a descrição do desfile do clube Cordovínicos:

Os Cordovínicos também se mostraram vestidos com muito gosto e elegância.

Seu primeiro carro era, na concepção e na execução, verdadeiramente surpreendente, e pode-se dizer, sem medo de errar, que foi a parte mais artisticamente bela de todo o carnaval.

Representava uma anfitriete, ostentando o estandarte do clube, sobre uma concha, que surgia do mar, onde vinha refletir-se dourados raios de um sol que rematava o carro.

Obra executada a capricho por um dos mais hábeis filhos de Sergipe, o artista José Francisco da Silva Zuca. Foi saudada freneticamente em todo o trânsito, pela massa popular que a admirava.

Um outro carro, também caprichosamente executado, conduzia a Aurora, representada por uma interessante criança e cavalgando um cisne dourado.

O presidente do clube, elegantemente fantasiado, ia em uma custosa berlinda, perfeitamente preparada.

Além disso tiveram diversos carros de críticas do mais fino espírito e perfeitamente delineadas.

Diversos impressos, poesias e lindos cromos, foram distribuídos por este clube, em sua passagem. [...]

Os dois clubes descritos anteriormente são os favoritos pela população, mas o Zé pereira também tinha lugar garantido, por conta de ter sido o pioneiro do carnaval aracajuano:

O Club Zé Pereira não cedeu o seu lugar na vanguarda dos foliões.

Composto de uma porção de moços apresentou-se em cena sempre em primeiro lugar e era o último que se recolhia.

Era um verdadeiro clube dos sileneses.

Esse clube merece as simpatias de toda população, que nele vê o iniciador do carnaval entre nós.

O Clube do Tenente, não é um dos favoritos, mas é talvez o mais querido, visto que foi o pioneiro nos festejos carnavalescos de Aracaju, tornando possível essa comemoração.

De todos os pontos da província, o extremo sul e extremo norte, principalmente das vizinhas cidades de Maruim e Laranjeiras foi tal a concorrência de povo, que, pode-se dizer, ficaram desertas.

O que é mais digno de nota ainda é que no meio daquela multidão compacta de povo que se acotovelava nas praças e ruas, discutindo e exaltando o clube de seu partido, não houve uma palavra levemente ofensiva que viesse alterar a harmonia da festa.

Isto honra em favor da educação e índole do povo sergipano.

Basta se considerar, para tornar isso mais notável, que se calcula sem exagero que o número de pessoas que nos visitou nos três dias de divertimento excedeu a quatro mil.⁸⁴

Considerando que a população de Aracaju por essa altura era de aproximadamente dezesseis mil pessoas, conforme dados do Censo demográfico já

⁸⁴ Idem.

referido, quatro mil pessoas eram de fato muita gente na capital, sobretudo se pensarmos que elas se aglomeravam nas ruas centrais da cidade.

O segundo ano de festejo carnavalesco em Aracaju se deu com a vitória do Mercurianos e deixou a população com a vontade de comemorar no ano seguinte:

Quando rompeu a alvorada, cada bafejo da brisa matinal derramou no ambiente, meio iluminado, uma onda de perfume puro e balsamo como as essências em que se imergiram as cortesãs da velha babilônia.

O deus Momo, que a mitologia, sempre cheia de símbolos e de imagens ridentes, representa como diabrete secular, de cujos lábios espumantes pela febre da loucura, poreja a zombaria como um filtro cáustico que se derrama na cútis social, aborrecido sem dúvida de percorrer os círculos vastos das grandes capitais, lembrou-se talvez por um capricho singular, de penetrar um dia na capital sergipana erguida à beira do caudaloso Cotinguiba, como um ninho de garça real que pende poeticamente da rama verde de uma árvore aquática.

Não foi indiferente a interessante cidade a visita generosa do deus pagão adornando-se de flores, envergando o seu mais belo e rico vestido de galas naturais, foi recebê-lo na fronteira trazendo-o pelo braço buliçosa e inquieto ao centro onde se inflam seus adorados penates. A amabilidade que costuma dispensar a todos aqueles que tem a ventura

O <<Clube Mercuriano>> brilhou, como era de esperar ofuscando tudo com a riqueza de seu estandarte, com a opulência de sua trágica, com a beleza de seus carros, com a importância de seu pessoal, com a grandeza de seus símbolos, enfim com a imponência de seu luxo.

Coube-lhe a palma da vitória, muito embora concorressem para abatê-lo até os próprios elementos oficiais...

Ao expirar a última nota da festa consagrada ao deus Momo, a cidade, ainda há pouco ornada de custosas galas, disse adeus ao prazer, recaindo em sua habitual monotonia.⁸⁵

Não era a todos que o Carnaval agradava, segundo a opinião dos redatores do jornal *O Republicano*, que era de oposição ao governo imperial:

E já que falo em conservação social, vem muito de molde; para deixar claro o bom gosto da corte, registrar aqui as notas estridentes, ruidosamente ptusaicas do louco e pançudo Carnaval, a maior das

⁸⁵ Idem.

brutas extravagancias de uns homens que, nem sei – como se portarão em meio das suas pecadoras diabruras, quando se lhes aproximar rápida e violentamente causando-lhes graves ruínas, a sra. D. febre amarela de mãos dadas com outras senhoras de cores naturalmente conhecidas. Não sei o que esses homens farão. O Carnaval aí vem, o escritor destas linhas, bem abrigado do estúpido sr. Dr. Entrudo, que porventura pode aparecer entre esta gente que ri de tudo: o escritor dessas linhas, digo, aguarda-se para mais largamente conversar com os leitores d’ O Republicano sobre essas doidas festas do mês que se segue.

José Maria Moreira Guimarães ⁸⁶

O jornalista faz aqui um importante contraponto ao discurso veiculado pelo jornal *A Reforma*, de um carnaval em que tudo corria dentro da mais perfeita ordem e beleza, uma festa ordenada e saudável. Evidencia-se que, não só as brincadeiras do Entrudo continuavam, como havia nesse tempo questões mais sérias a enfrentar. O carnaval não podia encobrir os graves problemas como a febre amarela e outras dificuldades – “senhoras de cores naturalmente conhecidas”.

Continuando com a insatisfação, replica que:

Decididamente, essa pretendida festa popular há de ser aos poucos abandonada como prejudicial à saúde pública. Nada mais estúpido do que isto os vinténs ganhos ao labor de uns anos manchados e oferecidos nos langores devassos desses três dias de loucura consciente, hipócrita, revoltante” E há gente que ainda aplaude essas festas, que aprecia essas loucuras...

É assim mesmo. Mas, eu pergunto, por que não se oferecem outras festas no espírito público? Diversões mais poéticas, estéticas, e mais proveitosas mesmo?⁸⁷

Destacamos aqui, um fato curioso: a passeata alusiva a comemoração do primeiro aniversário da libertação dos escravos realizada, em 13 de maio de 1889, por um dos principais clubes carnavalescos de Aracaju.⁸⁸

Passeata Mercuriana

⁸⁶ **O Republicano**. Laranjeiras, N. 19. de 17 de março de 1889. P. 3.

⁸⁷ **O Republicano**. Laranjeiras, N. 23. 12 de maio de 1889. P. 3.

⁸⁸ **O Monitor**. Aracaju, Ano I. N. 1. 16 de maio de 1889. P. 3.

No intuito de solenizar o aniversário da emancipação dos escravos, resolveu o clube carnavalesco Mercuriano fazer uma *march aux flambeaux*. Com efeito, como foi previamente anunciado, realizou-se a passeata, comemorativa do fato mais grandioso de nossa história com muita ordem e brilhantismo, notando-se em todas as fisionomias vivíssimo jubilo e amplo entusiasmo em todas as almas.

Um grande grupo de cavalheiros vestidos de branco, precedia o cortejo patriota, iluminando a cena com deslumbrantes fogos de bengala.

Após seguia um carro artisticamente preparado, no qual se via um indígena representando a América livre empenhando o estandarte do clube.

Ao lado uma criança, ricamente vestida, simbolizando a Liberdade, quebrava os grilhões do cativo.

O cortejo percorreu diversas ruas, sempre acompanhado por uma multidão enorme, que a cada passo irrompia em vivas calorosas ao dia 13 de maio e ao Clube Mercuriano.

As frentes das casas estavam iluminadas e algumas delas enfeitadas com flores e flamulas, apresentando ao espectador um lindo panorama.

Foram de diversas janelas recitadas eloquentemente poesias e discursos saudando o aniversário da redenção.

No meio do delirante entusiasmo que reinava entre todos os libertos do sexo masculino desatrelaram os animais que conduziam o carro, passando a levá-lo a mão,

As libertas, querendo por sua vez compartilhar a glória de conduzirem o carro da liberdade, tomaram os [ilegível]-rantes e o levaram em triunfo.

A música do corpo de polícia que seguia na frente, enchia os ares de alegres harmonias. O gás cambiante, misturando-se com a luz suave de um luar esplêndido, davam a cena um aspecto fantástico.

Esteve bela a passeata Mercuriana digna da ideia que o simbolizara, reinando em todo o trajeto a melhor ordem possível.

E assim passou-se o dia 13 de maio na capital sergipana⁸⁹

O aniversário de abolição da escravatura foi comemorado nacionalmente e Aracaju não deixou passar em branco. Entretanto, a organização da *March aux flambeaux* aracajuana, em comemoração ao “fato mais grandioso de toda nossa história” ficou sob a responsabilidade de um clube carnavalesco que por sua vez organizou com alegorias típicas de carnaval. Como está claramente descrito no texto acima, a passeata foi sistematicamente planejada, tudo com a maior “ordem” tendo a

⁸⁹ Idem.

presença da “banda da polícia”, a grande participação dos “cavalheiros”, uma “criança ricamente vestida representando a liberdade” e, quanto aos negros, que deveriam ser o maior destaque de representação e festividade, há pouquíssima participação. Quando aparece, o negro é destacado com termos que supõem segregação, como: “libertos do sexo masculino”, talvez para diferenciar dos “cavalheiros”, que seriam os homens brancos e suas bengalas como distinção.

Vale destacar também o uso da expressão francesa *March aux flambeaux*, passeata das luzes. Assim como nas grandes cidades do Brasil, no início do século XX, em Aracaju também devia-se saber um pouco do francês, muito embora, como já nos referimos ao tratar do Censo demográfico, menos de dez por cento da população fosse alfabetizada na língua pátria. Mas saber algumas expressões da língua francesa era grande sinal de distinção nessa época.

Sobre uma manifestação semelhante que aconteceu na cidade de Laranjeiras, no mesmo período de comemoração do primeiro aniversário da abolição da escravidão, organizada pelo Partido Republicano, Sharyse Amaral traz a seguinte colocação:

A abolição entrava para a história como uma conquista da sociedade brasileira – era o que diziam os jornais do país –, inaugurando um novo tempo, que respeitava os ideais liberais, civilização e progresso. Como se tivesse existido escravidão sem escravocratas, dissociavam-se os ex-senhores de seu passado, sem, contudo, dissociar-se do negro a escravidão, transformando-o em um cidadão de segunda categoria.⁹⁰

Essa comemoração se contrapõe também aos relatos da escassez de mão de obra citados no capítulo anterior e a insatisfação por parte dos agricultores da cana de açúcar, já que havia efetivamente população disponível para o trabalho. Ocorre que as relações de trabalho é que não estavam bem definidas nem para os proprietários das terras nem para os libertos.

⁹⁰ AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). p.332.

2.2. O Carnaval aracajuano no regime republicano

No ano de 1890, com a queda do Regime Imperial, o Partido Republicano assumiu o governo do país. E em Sergipe, o jornal *O Republicano* ganhou condição de oficial, através de contrato oficializado com o governo⁹¹. Assim sendo, a partir de 4 de janeiro de 1890, o jornal *O Republicano* deixa de se apresentar como órgão do Partido Republicano passando a se identificar como Órgão Oficial. Como um jornal oficial de publicação diária, passa a publicar os atos e a rotina do novo governo, agora com sua tipografia na capital, Aracaju. Embora continue a ser privado, tendo como proprietário Josino Menezes, que assumiu a tipografia do periódico, em 02 de setembro de 1890⁹².

O Republicano se mostrava contra a festa de carnaval. Entretanto, a festa não deixou de acontecer e nem de ser divulgada, inclusive com saudações nas colunas do próprio *O Republicano*, como vemos na seção *noticiário* da edição 69, já como Diário oficial, no ano de 1890:

Carnaval

Começam hoje os festejos carnavalescos, que segundo somos informados, serão de esplendido brilhantismo.

Reina muita animação na cidade. Onde é imensa a concorrência de pessoas das localidades circunvizinhas.

Lamentamos que não se faça representar, entre os mais, o belo Clube Cordovínico, de tão gratas recordações.

Os Clubes, que fantasiados formarão o grande e fulguroso préstito, recebam nossas sudações.

Tão educados são os sergipanos que temos por escusado recomendar-lhes fraternidade e ordem, para que os divertimentos sejam alegres do princípio ao fim. Como entre povos civilizados.⁹³

Percebe-se um certo receio com as desordens que, por certo, costumavam acontecer nesse período.

⁹¹ **O Republicano**. Aracaju, Ano II, N. 95, 20 de março de 1890. P.1.

⁹² **O Republicano**. Aracaju, Ano II, N. 248, 28 de setembro de 1890. P.4.

⁹³ **O Republicano**. Aracaju, N. 69. de 16 de fevereiro de 1890. P. 2 e 3.

Diante de grande especulação sobre a participação do clube que encantou a todos os aracajuanos no Carnaval anterior o “Clube Cordovinico anuncia que não irá participar dos festejos carnavalescos de 1890.⁹⁴” O Republicano, lamenta a não participação do Cordovinico e continua publicando notas sobre o carnaval, tecendo até elogios à festa popular:

Os festejos carnavalescos de anteontem, executados pelos clubes Mercuriano e Zé Pereira, satisfizeram a expectativa publica, demonstrando ao mesmo tempo o incomparável desejo que aqueles clubes mantiveram por conquistar o aplauso popular, agradando e divertindo a todos.

Tudo esteve bonito, esplendido mesmo, e correu muito bem; mas a falta da concorrência do clube Cordovinico, digna de reparo, contribuiu de alguma sorte para entibiar o entusiasmo geral, assim como a resolução executada do Mercuriano de não perulstrar senão pouquíssimas ruas da cidade, e repetidas vezes.

Os carros alegóricos a nós nos agradaram muito.

Esperamos que os amigos e festeiros do deus Momo sejam hoje e viventemente coroados em triunfo pelo deus da troça e da galhofa.⁹⁵

Até poesia sobre a bendita festa, o periódico esteve a publicar:

Através de uns vidros...

Meus bons e alegres leitores,

Amigos do Carnaval,

Hoje, vos dou muitas flores,

Com um riso que não faz mal...

Gostei deveras da festa

Que o povo inteiro aplaudiu,

Mas... espero o que ainda resta,

Que o povo também não viu.

Gosto da troça engraçada,

Da critica inteligente,

Que desperte gargalhada,

⁹⁴ **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano I, N. 22. 28 de janeiro de 1890.

⁹⁵ **O Republicano**. Aracaju, N. 70. 18 de fevereiro de 1890.

Na boca de muita gente
Aplaudo, pois a folia
Nesta bela capital,
Imensa em grande alegria
Nos dias de Carnaval
E o Zé Pereira na ponta,
Engraçado a mais não ser,
Por minha exclusiva conta,
Uma flor hei de oferecer!
M.G.

O encanto das festas de Momo era disputado pelos clubes carnavalescos que se preocupavam para além das fantasias e alegria de seus foliões, também com a presença das bandas marciais e, a participação não era apenas da capital, como também, das cidades do interior que ficavam próximas ou que tinham força econômica e cultural, como é o caso de Estância:

Esteve brilhantíssimo o carnaval este ano em Aracaju, percorrendo as ruas da elegante capital os clubes Arranca, Filhos de Bacco, Cordão de Ouro e diversos grupos de máscara avulsos.

O entusiasmo popular subiu ao último ponto, já pela beleza dos carros, já pela estupenda vitória do Arranca, um dos mais simpatizados clubes carnavalescos aracajuanos.

A este clube era que acompanhava a Lyra Carlos Gomes, distinta e estimadíssima filarmônica desta cidade.

Esta filarmônica foi em Aracaju carinhosa e entusiasticamente recebida e vitoriosa, merecendo até de s. ex. o presidente do Estado delicado e afetuoso acolhimento.

Logo as primeiras notícias de sua vitória e desempenho brilhante ali, fizemos circular o seguinte boletim, que despertou geral entusiasmo e contentamento em toda população.⁹⁶

Observamos do trecho acima o entusiasmo com o qual a matéria, de um jornal da cidade de Estância, descreve as disputas dos Clubes aracajuanos ao mesmo

⁹⁶ **Jornal A razão.** Estância, Ano XVI, N. 9. 28 de fevereiro de 1909. P. 1.

tempo em que comemora que a banda filarmônica da cidade foi campeã junto ao Clube Arranca no carnaval do ano 1909.

Esse período de passagem da monarquia para a república e de um sistema escravista para o trabalho livre foi, sem dúvida, tempo de tensões e incertezas para a organização social e política brasileira. Aracaju não foi diferente, muito embora é claro, em escala bem menor do que nos grandes centros do país. Como equacionar os conflitos de classe? Como introduzir esses indivíduos escravizados, egressos das fazendas, no mundo do trabalho assalariado?

E as cidades – onde surgiam as primeiras indústrias e as possibilidades de comércio e serviços eram sempre mais atrativas – acabavam absorvendo boa parte dessa população, trazendo para o seu entorno uma série de problemas ligados ao abastecimento, à saúde pública, ao ordenamento urbano e, sobretudo, aos conflitos sociais.

O carnaval – em sua fase do entrudo – era uma festa onde esses conflitos apareciam expostos. Era o *lócus* do extravasamento das tensões, das bebedeiras, das cantatas e das danças populares. Isso tudo vinha desagradar a elite urbana que se queria civilizada e moderna. O movimento que se percebe dessa elite, por meio dos jornais, é um esforço de disciplinamento dessa festa, que resultará no carnaval de blocos. O entrudo era visto como uma festa bárbara e selvagem, enquanto o carnaval de desfile dos *clubes* passou a ser bem recebido, pois representava o modo mais civilizado e ordeiro da cidade que se queria ter.

CAPÍTULO 3

OS CLUBES SÓCIO RECREATIVOS EM ARACAJU

3.1 – Início das associações recreativas em Aracaju

Jofre Dumazedier denomina três funções importantes para o lazer: de descanso, quando o lazer é colocado como um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões do trabalho; de divertimento, recreação e entretenimento, em que ocorre a ruptura com o universo cotidiano, na busca de uma vida de complementação e compensação e fuga por meio do divertimento; e de desenvolvimento, depende da ação humana para criar novas formas de aprendizagem na busca de uma cultura evolutiva da sociedade.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁹⁷

A partir dessa classificação, entendemos que os Clubes recreativos se encaixam em todas essas funções, pois, para além de festas e bailes de carnaval os clubes também proporcionavam outros momentos de lazer e relaxamento para os seus sócios, como jogos, piqueniques, recitais, etc.

Em Aracaju, as Associações recreativas começaram a emergir no final do período imperial durante as comemorações das primeiras festas de carnaval na capital da província. Estava na moda nas grandes cidades a substituição do *Entrudo* pelos bailes e desfiles de carnaval. Os desfiles eram organizados através de disputas dos grupos mais organizados, bonitos e elegantes. Para tanto, era necessário preparar com antecedência, planejar a ornamentação dos carros alegóricos, as músicas que seriam entoadas, a coleta de recursos financeiros para a garantir que tudo saísse

⁹⁷ DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 34

conforme o esperado. Assim, durante os preparativos para as festas de Momo e mesmo após, fosse para comemorar ou para lamentar a derrota e planejar as diversões do próximo ano, esses grupos carnavalescos transformaram-se em espaços de divertimento para confraternizações, etc. Claro que logo depois foram sendo criados outros clubes e espaços de lazer a exemplo do Esperanto que iremos apresentar a seguir.

3.2. Clube Esperanto

Para adentrarmos no universo dos primeiros clubes sergipanos apresentaremos agora o clube *Esperanto* que era um dos mais ativos. Geralmente os clubes tinham mais atividade no período carnavalesco, visto que foi o próprio Carnaval que ocasionou o surgimento dos Clubes, como foi apresentado no capítulo anterior. O Esperanto possuía atrações durante todo o ano, não apenas no carnaval, como podemos verificar no informe a seguir:

Leôncio Fontes, o cronista delicioso do nosso colega *O Estado*, fará hoje as 7 horas da noite no salão onde funciona o *Club esperanto*, uma bela conferencia sobre a *Literatura em Sergipe*, conferencia esta que o autor dos traços divididos em duas metades, tratando a que hoje vai ser lida, dos jovens poetas: Hermes Fontes e Costa Filho.

É de esperar bastante concorrência na conferência de hoje.⁹⁸

Além dos eventos em sua própria sede o referido clube organizava eventos campestres em espaços cedidos pelos próprios membros da associação, a exemplo do piquenique a seguir, que foi divulgado pela *Folha de Sergipe*.

Clube Esperanto (pic-nic)

Realiza hoje, esta futura sociedade na aprazível vivenda do nosso amigo Major Xavier de Assis um atraente piquenique, em homenagem aos seus dignos membros diretores Dr. Alcebiades Paes e a senhorita

⁹⁸ **Folha de Sergipe**. Aracaju, N. 99. 30 de abril de 1908. P. 4.

acadêmica Cesartina Regis, chegados há poucos dias da capital federal.

A festa terminará as 6 horas da tarde. Durante o seu desenvolvimento tocará uma orquestra.⁹⁹

Apreende-se do convite que era um clube para as pessoas “distintas”. O piquenique foi organizado para recepcionar ao Doutor e a senhorita recém-chegados da capital federal. Entretanto, esse piquenique pode representar uma maneira de apresentar à “senhorita acadêmica Cesartina Regis” aos “inteligentes moços do Esperanto” para quem sabe um futuro casamento.

Ao que percebemos esses espaços de lazer proporcionado pelos clubes sócio recreativos serviam para que as famílias de elite constituíssem redes de sociabilidade, que possibilitava o “arranjo” de casamentos entre si, assim como possibilidades de negociação em momentos não formais, de lazer.

O referido piquenique foi planejado para durar o dia inteiro com atividades recreativas: comidas, cantos, recitais danças e uma das atividades esportivas mais inovadoras do período que era, o futebol, um esporte de elite.

O programa confeccionado pelos inteligentes moços do Esperanto consta do seguinte:

A festa campestre começará às 6 horas da manhã com a partida dos sócios do clube e suas Exm.^{as} famílias da rua de Japaratuba em direção ao sítio designado.

1ª parte – Almoço ao ar livre.

2ª parte – Música e Canto.

3ª parte – exercícios de futebol.

4ª parte – Exercícios de acrobacia: barra, trapézio, saltos etc.

5ª parte – Corridas a pé e outros jogos semelhantes.

6ª parte – Jantar ao ar livre improvisos e recitações.

7ª parte – Dança, Canto etc.¹⁰⁰

⁹⁹ **Folha de Sergipe**, Aracaju, Ano XIX, N. 328. 7 de agosto de 1910.

¹⁰⁰ Idem.

Embora fosse um evento restrito, o convite enviado aos sócios através de publicação no jornal é também pela diretoria do clube é direcionado ao diretor da *Folha de Sergipe* que informa que não poderá se fazer presente, mas que enviará o companheiro José Barreto como seu representante.

Cavalheirosamente convidados por sua distinta diretoria nos faremos representar pelo nosso querido companheiro José Barretto, fazendo antecipados votos para que a festa seja prodiga de venturas e alegrias.¹⁰¹

Ficando a dúvida, se o convite ao periódico se dá por interesse na divulgação do evento gratuitamente ou se por apreço à imprensa local.

Em agosto do mesmo ano é divulgado no jornal a convocação para que os sócios se reúnam para eleição da nova diretoria do clube bem como, para prestação de contas da comissão fiscal e relatório do presidente vigente, tudo isso, seguindo as regras estabelecidas nos estatutos do Clube.

SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

De conformidade com o que se contém no §4º do art. 39 e no art. 49 dos Estatutos deste Clube, convido de ordem da Diretoria, a todos os sócios efetivos do mesmo para reunirem em sessão de Assembleia Geral no dia 28 de Agosto, último domingo do mês, a fim de eleger a Diretoria de 1910-1911 e a comissão fiscal e também ser ouvida a leitura do relatório do Presidente. Aracajú 20 de agosto de 1910. Pedro Machado 1º secretário.¹⁰²

Além do Esperanto, existiam também outros clubes, que movimentavam a vida cultural dos aracajuanos como é o caso do *Cotinguiba Sport Clube* que era destinado a esportes como remo, tiro ao alvo e futebol. Esses espaços destinados ao lazer, faziam parte dos principais pontos de encontro dos jovens e famílias que cumpriam os requisitos para ser sócio e se fazer presente nesses espaços. O Teatro Carlos

¹⁰¹ **Folha de Sergipe**, Aracaju, Ano XIX, N. 32 7 de agosto de 1910.

¹⁰² **Folha de Sergipe**. Aracaju, N. 334. 28 de agosto de 1910. P. 3.

Gomes, que depois passou a se chamar Cine Teatro Rio Branco, era um dos principais *points* de encontros e realização de bailes de carnaval.

3.3. Clube Recreio Sergipano

Os aracajuanos buscavam se adequar as inovações modernas como, por exemplo, os teatros, cinemas, clubes de dança, etc. Esses espaços de divertimento possuíam seus estatutos com as regras de conduta para os seus participantes.

Descreveremos agora o Estatuto do Clube do Recreio Sergipano¹⁰³ que era um clube de dança fundado no final do século XIX:

Art. 1. O Clube do Recreio Sergipano, fundado na cidade de Aracaju aos 7 de agosto de 1898 é uma sociedade essencialmente recreativa, tendo por objeto a aprendizagem da arte da dança e a diversão por meio da mesma.

Já em seu artigo 3º do capítulo II da seção *da admissão dos sócios* apresenta as condições para que uma pessoa se torne sócia dentre elas está:

- § 1. Ser proposto por algum membro da sociedade
- § 2. Ser maior de 18 anos.
- § 3. Ter reputação ilibada devidamente reconhecida
- § 4. Ter profissão que lhe assegure meios honestos e suficientes
- § 5. Ter instrução precisa para bem compreender as leis da civilização¹⁰⁴

Dessas regras fixadas já podemos apreender muitas das intenções que essa sociedade recreativa pretendia, dentre elas, acreditamos que a principal seja distinguir os seus membros dos demais cidadãos aracajuanos.

¹⁰³ **Estatutos do Clube Recreio Sergipano**. Aracaju: Tipografia Comercial. 1898.

¹⁰⁴ Idem.

Primeiro que, para ser sócio, era necessário que fosse indicado por alguém que já faz parte do clube, criando assim uma rede de relações que se estendem para além do lazer. Ser maior de 18 anos também era um dos requisitos. A questão moral da reputação é um dos pontos destacados: precisava ser ilibada e devidamente reconhecida, provavelmente pelos demais membros da sociedade, questão essa enfatizada quando se referia às sócias.

Ter profissão que lhe assegure meios honestos e suficientes de sobrevivência, na verdade, se a pessoa tivesse apenas os meios suficientes para sobrevivência não teria como ser sócio, pois existe uma quantia a ser paga pelo membro da sociedade. E, sobretudo, ter instrução. Mas não bastava ser instruído, tinha que ter “instrução precisa” para conseguir compreender as leis da civilização, essas leis não eram apenas as leis civis, mas os códigos de etiquetas morais e da moda entre outras normas exigidas.

Ao observar essa última regra, o que nos chama a atenção é que menos de 10% (dez por cento) da população sergipana era de alfabetizados, segundo os números informados pelo recenseamento no referido período. Para o clube, o sócio precisava ser mais que alfabetizado, pois, para ser considerado alfabetizado pelo censo, bastava apenas saber ler e escrever, enquanto que para ser sócio do *Recreio* a regra fixada incita que o membro do clube deve possuir “instrução precisa”.

Continuando em seus próximos artigos:

Art. 4. A proposta para admissão deverá ser por inscrito e declarar o nome do proposto, sua idade, estado, residência e profissão.

Art. 5. O presidente nomeará uma comissão de sindicância de três membros e submeterá a proposta ao julgamento da mesma a qual depois de averiguar, interporá parecer se o proposto está nas condições exigidas pelos § 1º a 5º do art. 3. Ainda caso o parecer seja favorável o presidente submeterá a votação. Dada a rejeição do proposto pela comissão ou pelo escrutínio, ele só poderá ser novamente proposto depois de decorrido um ano.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Idem.

Percebemos que há uma grande exigência para a inserção de novos sócios. Talvez esse excesso de crivo seja apenas uma “autoafirmação” para que os seus membros sejam muito bem vistos e isso fortaleça a imagem do clube na sociedade.

Acreditamos que essas exigências nem sempre fossem cumpridas por àqueles que se faziam interessados ao pertencimento do referido espaço social. Além do que, percebe-se a com o artigo de número cinco que através do clube existe a criação de uma rede de relacionamentos em que para ser sócio é necessário a indicação de algum dos sócios e a aprovação de todo o colegiado.

Nos últimos artigos do regimento constava que o sócio não podia entrar nas dependências do clube se não comprovasse o último pagamento, destacando ainda que devia estar “bem trajado”.

Contando ainda com o artigo de número sete em que reafirma que “para ser sócia (mulher) é preciso preencher as cláusulas dispostas nos parágrafos um e três do artigo terceiro que são respectivamente: ser convidada por um membro e, ter reputação ilibada.” Ao que percebemos, existe uma necessidade de distinguir ainda mais as sócias reafirmando as suas responsabilidades que são comuns a todos, evidenciando que as mulheres tem papeis e poderes bastante limitados, levando em consideração que entre as mulheres com relação aos direitos e deveres dos sócios e das sócias há a especificidade de respeitar e cumprir o estatuto nas partes que lhes são concernentes e só poderá votar e ser votada para as comissões especiais que são inerentes ao seu sexo, fora isso não há afirmações de participação ativa da mulher no Club Recreio Sergipano.

Essas expressões no trato para com a mulher, é comum a essa época, em se tratando de um momento em que o convívio social feminino passa a ser mais evidente nos espaços não domésticos como observamos no trecho adiante:

A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre - “a convivência social dá maior liberalidade às emoções” -, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram

de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada.¹⁰⁶

Utilizando o conceito de *Poder simbólico* de Pierre Bourdieu, o qual nos esclarece que nem sempre as pessoas têm consciência de que estão sob a força de um poder manipulador, mas que não utiliza da violência física ou coercitiva, mesmo que necessite da cumplicidade dos que o exercem e dos que sofrem a sua influência.

É esse poder que se camufla nos costumes, na moda, nas orientações das mídias que orientam a construção dos valores de conduta, das normas e dos juízos de valor, são processos complexos que não se explicam apenas pela imposição do alto – pelos grupos dominantes –, mas por disputas entre diferentes grupos sociais para a definição do que é certo e errado, justo e injusto etc. A imposição de normas por meio das instituições políticas e sociais e da mídia podem ser assimiladas ou rejeitadas.

Dessa maneira o “poder simbólico” ajuda a construir e legitimar as “hierarquias sociais”.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.¹⁰⁷

A ideia de “distinção”, seja em qual for a esfera – do conhecimento, do gosto (artístico, gastronômico...), do entretenimento, das maneiras de se vestir, do corpo, do comportamento social –, é central na conformação das “hierarquias sociais”. Referindo-se à distinção no campo artístico, afirma Bourdieu:

¹⁰⁶ PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** (org.). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 191.

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.11.

À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. (...)

A definição da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua ideia sobre cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte (...).

É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais.¹⁰⁸

À luz dos conceitos acima, observamos que os clubes recreativos estabeleciam especificações e limitações para um público restrito dentro a sociedade letrada e economicamente bem colocada. Concluimos que os espaços públicos também possuíam suas regras de exclusão através das normas de conduta social e etiqueta para vestimentas, entre outras, que são regras não explícitas, mas que se fazem sentir.

Com isso, percebemos que os clubes sócios recreativos são mais do que apenas simples espaços de lazer. Eles são ambientes utilizados estrategicamente com a finalidade de manutenção de status de elite e ampliação da rede de “compadrio” para negociações familiares ou comerciais e isso não é algo novo, pois toda relação humana é movida a trocas de interesses. Mas a partir do entendimento da funcionalidade dos clubes podemos compreender melhor as estratégias sociais de interação entre a elite aracajuana.

Segundo o memorialista Murillo Melins o Recreio era um clube de elite:

Funcionava no Parque Teófilo Dantas, em um prédio, hoje anexo à prefeitura Municipal. Esse Clube animou a cidade até os primeiros anos da década de 1940. Suas últimas festas foram no Carnaval de 1942. Tocou nos bailes momescos, a Orquestra Acadêmicos da Bahia, os principais sucessos do ano: Juju e Balangandãs e Música Maestro. Os associados do Recreio passaram a fazer parte do quadro social da associação Atlética de Sergipe.¹⁰⁹

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk, 2015, p. 9 e 14.

¹⁰⁹ MELINS, Murillo. **Aracaju Romântica que vi e vivi**. Aracaju: Editora J.Andrade, 2007, p. 217.

Funcionando por pouco mais de quatro décadas consecutivas o clube Recreio Sergipano foi uma das principais casas de divertimento da vida cultural de Aracaju

3.4 Cotinguiba Sport Club

O desejo de criação de um clube esportivo em Aracaju, começa a se materializar em 1908, a partir da formação de uma associação que visava inserir na sociedade aracajuana a modalidade esportiva como uma forma de “lazer útil”, que unisse diversão e construção de vínculos sociais. Como podemos ver o entusiasmo com que descreveu a *Folha de Sergipe*, em 16 de agosto de 1908:

Club Sportivo

De dia para dia vai aumentando o entusiasmo da comissão organizadora do Club Sportivo Sergipano, que virá dentro de poucos dias aumentar a nossa sociabilidade, trazendo para mocidade um útil meio de diversão, e criando novas raízes, para que o nosso mundo social, seja o mesmo que já foi em tempos idos.

A frente da futura corporação sportiva tendo como base de sua fundação a pessoa do simpático e ilustre Comandante dos Portos, Cyro Camara, estão vários membros da nossa Comunhão social, entre os quais os Senhores Affonso Gomes, José Mello, Adalgicio Rozal, André Ramos, Mário Passos, Bastos Filho, Arsenio de Araujo e outros que de momento não podemos colher.

Damos sinceros parabéns á digna comissão e mais uma vez apresentamos-lhes os nossos obséquios, os quais estarão sempre ao seu dispor.¹¹⁰

Assim, no ano seguinte, é inaugurado o *Cotinguiba Sport Club*. Que é o clube mais antigo de Aracaju em atividade ininterrupta desde a sua inauguração.

O Cotinguiba Sport Club, sediado na Av. Augusto Maynard, esquina com rua da frente (Avenida Beira Mar/Ivo do Prado), foi fundado em 10/10/1909, por um grupo de desportistas com a finalidade de disputar as modalidades de Remo, Futebol, Basquete,

¹¹⁰ **Folha de Sergipe**. Aracaju, N. 129. 16 de agosto de 1908. P. 2.

Voleibol. [...] O auge do Cotinguiba no futebol foi principalmente nas décadas de 30 e 40, durante até o ano de 1957, quando participou do último campeonato.¹¹¹

Figura 6: Sede do Cotinguiba Sport Clube



Fonte: MELINS, Murilo. Aracaju Romântica que vi e vivi.

Era um clube elitista que deu origem a vida esportiva da sociedade aracajuana. Recebeu o nome de Cotinguiba em homenagem ao rio que separa Aracaju da Barra dos Coqueiros, na época não havia essa diferença de nomenclatura, hoje chama-se rio Sergipe.

Em 14 de agosto de 1910, é noticiado pelo jornal Folha de Sergipe a inauguração da "garage" do *Cotinguiba Sport Club*:

Realiza-se hoje a inauguração da garage desta simpática sociedade esportiva no arrabalde da Fundição.

A festa promete êxito brilhante tal o gosto que presidiu a confecção do programa, dividido em 3 partes assim discriminados:

PROGRAMA

1ª PARTE

¹¹¹ MELINS, Murillo. **Aracaju Romântica que vi e vivi**. Aracaju: Editora J. Andrade, 2007, P. 219.

Ao meio dia em ponto será hasteada a bandeira e presentes as autoridades locais, diretoria do clube e demais convidados, declarar-se-á inaugurada a garage.

Seguir-se-á o batismo das canoas

COTINGUIBA – Paraninfos – Dr. Tancredo Campos e sua Exma. Senhora

Igará – Paraninfos – Major Arsênio Araújo e sua exma. Senhora

Jacy – Paraninfos – Nelson Vieira e senhorita Anália Coelho.

2ª PARTE

A 1 (uma) hora da tarde – 1º Páreo – Teixeira Chaves, Canoas a 4 remos – Distancia 1.000 metros.

“Cotinguiba” – Patrão, Nelson Vieira, “Igará” – Patrão, Francisco Coelho.

A 1 ½ uma hora e meia da tarde – 2º Páreo – Coronel Sabino Ribeiro, Canoas a 4 remos – Distancia 1000 metros.

“Cotinguiba” – Patrão, Francisco B. Coelho, “Igará” – Patrão, Nelson Vieira.

3ª PARTE

As 2 (duas) horas da tarde. Terá lugar a inauguração da linha tiro ao alvo “Cotinguiba”, seguindo-se danças e outras diversões que perdurarão até às 6 (seis) horas da tarde, quando será arreada a bandeira.

Juiz de partida 1º tenente José soledade.

<< >> Chegada capitão de corveta José Francisco de Moura.

O ponto de partida para as regatas será da pitoresca Barra dos Coqueiros para o local onde está situada a garage.

Antecipamos os nossos parabéns aos esforçados moços do Cotinguiba.¹¹²

Dos esportes desenvolvidos no Cotinguiba, o futebol, que era a modalidade esportiva mais crescente no Brasil, foi integrado pela diretoria do referido clube, em 26 de agosto de 1916, juntamente com seu maior rival, o Clube Sergipe. Nesse mesmo ano, em 10 de dezembro, houve a primeira partida de futebol entre Cotinguiba e Sergipe, segundo o Diário da Manhã, no qual o Sergipe venceu.¹¹³

¹¹² **Folha de Sergipe.** Aracaju, N.330. 14 de agosto de 1910. P 3.

¹¹³ **Diário da Manhã.** Aracaju, 10 de dezembro de 1916. P. 1.

Figura 7: jogadores de futebol do Cotinguiba Sport Club



Fonte: Revista Vida Sportiva, de 17 de agosto de 1918.

No ano de 1918 o Cotinguiba foi campeão do futebol sergipano e as imagens mostram fotografias de dois dos principais craques do time: Nilton Tenório e Oscar Conceição.¹¹⁴

3.5 Sergipe Sport Club

Fundado em 17 de outubro de 1909, por dissidentes da equipe fundadora do Cotinguiba Sport club, anteriormente citado, apenas 7 dias de diferença tornam o Sergipe Sport Clube o segundo clube mais antigo do estado em atividade, com 103 anos de existência ininterrupta. O Sergipe já nasce rival do Cotinguiba.

¹¹⁴ O clube Cotinguiba tornou-se patrimônio histórico e cultural de Aracaju através da lei sancionada em de outubro de 2018, que torna o Cotinguiba Esporte Clube patrimônio histórico e cultural de Aracaju.

Figura 8: Clube Esportivo Sergipe



Fonte: MELINS, Murilo. Aracaju Romântica que vi e vivi.

A organização deste clube seguia o padrão atual com as regras de conduta as atribuições dos sócios, bem como, a disposição econômica/orçamentária era definida através dos estatutos. Sendo assim, as decisões referentes a propositura de novos sócios, dos eventos organizados, etc. eram tomadas coletivamente através das reuniões que sempre eram divulgadas nos jornais que circulavam na capital sergipana.

Clube Sergipe

Realizou anteontem no prédio da Associação Comercial, esta sociedade Sportiva a eleição para os cargos de presidente e 1º secretário, pela renúncia dos membros que o exerciam dando o seguinte resultado

Presidente: Jocelyn Menezes; 1º secretário Joaquim Lins de Carvalho.¹¹⁵

¹¹⁵ **Folha de Sergipe.** Aracaju, N.330. 14 de agosto de 1910. P. 3.

O primeiro campo de futebol do clube foi construído através de uma doação realizada pelo sr. Adolpho Rollemberg, sendo doado em nome dos dois clubes esportivos do estado.

“O campo recebeu o nome do doador do terreno Sr. Adolpho Rolemberg, doação essa em nome dos dois clubes. A parte do centro do campo para o sul, pertencia ao Sergipe, e a do centro para o norte, era do Cotinguiba.

Era um estádio modesto, murado. Atrás das traves existiam grades altas de madeira com propaganda da aguardente “TEIMOSA”, cujos anteparos tinham a finalidade de não deixar a bola cair na rua Duque de Caxias e no fundo do campo. Suas acomodações eram simples, com gerais e arquibancadas em alvenaria e madeira, cobertas por folhas de zinco.”¹¹⁶ P.227

Começava, então, a existência dos clubes esportivos na cena do entretenimento aracajuano. Nas décadas seguintes o futebol torna-se a atração maior dos eventos esportivos com a criação de outros clubes diretamente ligados às fábricas de tecido e também ao comércio aracajuano.

3.6 Demais clubes e associações

A *Companhia Anônima Alhambra* foi instalada em, 23 de julho de 1891, tendo como diretor gerente Feliciano Euzébio Prazeres, jornalista e advogado, morador a rua da Aurora. Eram também diretores: João de Azevedo Freire, guarda livros, morador da rua a Aurora; Sebastião Menezes, guarda livros, morador à rua de S. Cristóvão; João Martins Penna, farmacêutico, morador na rua Itabaiana e Eugenio David Filho, engenheiro, morador à rua da Aurora. A proposta era de manutenção coletiva das despesas e lucros com a finalidade descrita no trecho abaixo, retirado do capítulo primeiro do Estatuto de criação:

¹¹⁶ MELINS, Murillo. *Aracaju Romântica que vi e vivi*. Aracaju: Editora J. Andrade, 2007, P. 227.

Art.1 - A companhia anônima denominada “Alhambra” tem por fim edificar e montar na cidade do Aracaju uma casa destinada a espetáculos e outros divertimentos públicos e promover a realização destes espetáculos, ou seja, por sua conta própria, ou seja, por terceiros.¹¹⁷

Entretanto, em algumas publicações de jornal fica claro que acabou por não ir para a frente esta associação recreativa:

Pôs-se a testa de tão útil e importante melhoramento o nosso digno companheiro de trabalho, dr. Feliciano Prazeres, que em poucos dias conseguiu assinaturas para todo capital.

Agora está se procedendo a cobrança da primeira entrada, para na forma da lei que rege aquela espécie de sociedade, poder realizar.¹¹⁸

Essa sociedade não chegou a se concretizar, e seis anos depois foi comprada pelo Estado, tornando-se teatro estadual.

Mandei comprar para o Estado pela modesta quantia de 8:300\$000 o terreno e as obras em construção do Teatro Alhambra.

Resolvida em assembleia geral a liquidação da empresa que se propôs construir aquele teatro, eu entendi que era vergonhoso para a capital de Sergipe não ter um teatro que não só é uma casa de divertimento, mas também de educação, e ordenei a aquisição para o fim de concluir as obras e dotar o Aracaju com um teatro na altura de seu progresso e civilização.¹¹⁹

Nesse período de expansão da indústria e do trabalho formalizado, foram criadas as sociedades beneficentes com o objetivo de beneficiar os grupos de trabalhadores que assim fizessem parte delas. A princípio eram três na capital do estado, *Montepio dos artistas*, *União Proletária Socorros-Mútuos* e *União Operária*. A proposta dessas associações era atender as necessidades dos trabalhadores em situações de doença e até mesmo em casos de morte, quando então era concedida

¹¹⁷ Estatuto da **Companhia Anônima Alhambra**. Aracaju: Typ. Da “Gazeta de Sergipe”. 1891.

¹¹⁸ **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, N. 438, 8 de julho de 1891.

¹¹⁹ **Mensagem do governador** de Sergipe para a Assembleia em 1897. P. 44.

uma pensão, por tempo determinado, para a viúva visto que nessa época os trabalhadores não tinham nenhum direito trabalhista que lhes garantissem algum benefício nos casos citados acima.

A *Sociedade Montepio dos artistas* da cidade do Aracaju nos parece ser a mais antiga dessas associações. Teve a “reforma dos seus estatutos aprovada e registrada sob o selo das armas do Império, em 10 de dezembro de 1884, pelo presidente da província Luiz Caetano Muniz Barreto”. No ano de 1893, os estatutos dessa sociedade foram “alterados pela Assembleia geral, de 24 de setembro de 1893, e aprovado pelo presidente de estado, José Calazans, em ofício de 9 de outubro de 1893”.¹²⁰

Art. 1º A Sociedade Montepio dos artistas é a reunião dos artistas e operários residentes na cidade do Aracaju e em todo o estado de Sergipe, sujeitos as disposições dos presentes estatutos, juntando os de fora da capital, atestado médico, de conduta e certidão de idade.

Art. 2º A Sociedade se comporá de um número indeterminado de sócios, divididos em três classes: efetivos, honorários e beneméritos.

§1º Serão sócios efetivos somente os artistas e operários. Qualquer que seja a classe a que pertençam, embora não façam da arte ou ofício sua profissão habitual.

§2º Serão sócios honorários os que puderem prestar a sociedade serviço relevantes, concorrendo com suas luzes e animações para a prosperidade da mesma sociedade.

§3º Serão sócios beneméritos os que fizerem donativos à sociedade de quantia nunca inferior a 100\$000.

Art. 3º A Sociedade tem por fim prestar auxílio aos sócios nos casos de moléstia, ou absoluta impossibilidade de promoverem os meios de subsistência; concorrendo as despesas do funeral dos falecidos nestas condições. Conferir pensões às viúvas dos sócios, filhos menores de 16 anos, filhas até tomarem estado, mães viúvas e irmãs órfãs; e promover, por todos os meios, a instrução dos sócios que dela precisarem.

A questão moral era ponto essencial para poder fazer parte de qualquer associação e precisava ser atestada por alguém que já fosse sócio

Art. 8º Não poderão pertencer a sociedade:

¹²⁰ **Estatutos da Sociedade Montepio dos artistas da cidade de Aracaju**: Aprovadas as alterações pelo exmo. Presidente do Estado Dr. José Calazans. Aracaju: Tipografia Correio de Sergipe, 1893.

§1º os indivíduos de maus costumes.

§2º os que não se dedicarem assídua e honradamente ao trabalho.

§3º os que forem eliminados de outras sociedades por infração de seus estatutos, ou por qualquer outro motivo reprovado.

Está presente também nesses clubes que abrigam os trabalhadores a preocupação com o disciplinamento e a “boa conduta”.

A União proletária tem a sua data a sua fundação no ano de 1892:

Art. 1º A Sociedade denominada Beneficente de Auxílios Mútuos – União Proletária, - e instituída nesta cidade de Aracaju em 6 de novembro de 1892, é a reunião de pessoas sem distinção de classe, sexos, nem de nacionalidades, dotadas de intenção benéfica, em proveito dos associados.

Art. 3º A Sociedade invoca por seu protetor o glorioso Santo Antônio, cujos dias de comemoração, em junho, serão solenizados como os associados entenderem conveniente.

Art. 4º Serão admitidos para sócios as pessoas que reunirem os requisitos seguintes:

1º Idade de 15 a 60 anos;

2º Profissão conhecida;

3º Não estar sofrendo de moléstia mortal.

Essas associações de auxílio mútuo parecem desempenhar, em certo sentido, a função que as Santas Casas de Misericórdia desempenharam em tempos mais remotos, porém, talvez, menos caridosa. Embora declarasse não estabelecer distinção de classe, ela acabava abrigando apenas os trabalhadores de “profissão reconhecida” e que, como podemos ver em seu artigo 5º abaixo, que podia “provar viver de economia própria”, deixando de fora grande contingente populacional.

Art. 5º O número de sócios não poderá ser inferior a 101 nem exceder de 1001. Completo este número, só serão aceitas propostas para preenchimento de vagas.

Art. 7º admissão de sócios terá lugar mediante proposta escrita, datada do dia em que for apresentada ao Presidente acompanhada desses documentos:

- a) certidão de idade ou documento que a supra
- b) atestado médico;

c) prova de identidade.

§ 1º Comparecendo o proponente perante a Diretoria, e reconhecendo esta que ele está em condições de ser admitido poderá dispensar a prova da idade e da identidade se for conhecido de algum dos diretores.

2º Sendo menor de 21 anos deverá provar viver de economia própria.

Essas associações de auxílios mútuos eram, também, consideradas clubes recreativos, sobretudo, para a população de trabalhadores (pobres). Visto que, utilizavam-se da organização de festas, leilões e outras formas divertimentos voltadas para a população em geral como estratégia para arrecadação de fundos financeiros para a manutenção das despesas com a assistência de seus membros. Destacamos a seguir nota publicada no jornal *O Município*, em julho de 1893 que ilustra um desses eventos:

Em favor das famílias das vítimas do 33 batalhão

O Clube União Proletária no intuito de corresponder ao nosso apelo, domingo 16 do corrente, realizará a rua do Socorro, em frente à casa onde celebra suas sessões, um esplêndido leilão, cujo produto será aplicado em favor das famílias vítimas do 33.

A tarde haverá variados divertimentos e terminado o leilão subirá uma esplêndida maquina alegórica, [ilegível].

A redação desta modesta folha pede a concorrência pública para assim converter em realidade tão humanitária quão patriótica ideia do beneficente clube, em feliz hora criado, entre as classes laboriosas desta capital.

No próximo número deste jornal daremos o programa que nos tem de enviar a comissão.

É muito nobre e louvável o procedimento dos dignos moços que compõem o Clube União Proletária, e, praza aos céus! Seja imitado o seu exemplo por todas as comissões beneficentes que se acham disseminadas pelo Estado, e coadjuvado por todos os nossos bons e caridosos patrícios.¹²¹

Em 18 de novembro de 1910, o Governador do Estado de Sergipe, José Rodrigues da Costa Doria, sancionou a lei de número 580, que mandava observar o *Regulamento para os Divertimentos Públicos*. Essa lei vinha, na verdade, formalizar

¹²¹ **O Município**. Aracaju, N. 38. 14 de julho de 1893. P. 1.

medidas que, na prática, a polícia já procurava implementar, e que eram demandas da elite sergipana.

Em seus dois primeiros artigos constava:

1º - A inspeção geral dos teatros e de quaisquer outros lugares destinados a divertimentos públicos compete ao Chefe de Polícia que a exercerá diretamente ou por intermédio de autoridade policial por ele designada.

2º - Nenhum divertimento público se realizará sem a licença da autoridade policial competente e sem o prévio pagamento dos impostos devidos.¹²²

Interessante observar o grau de policiamento dessa sociedade no início da República, o que nos evidencia as tensões e conflitos sociais latentes nela. Antes mesmo de qualquer apresentação cultural era necessário o aval da autoridade policial.

De acordo com o Artigo 6º:

Não será concedida licença para representação de qualquer peça que, por seu enredo, expressão ou forma, ofenda as instituições nacionais ou de país estrangeiro, aos altos poderes e funcionários do país [...] aos bons costumes e decência pública, ou que contenha alusões agressivas a determinadas pessoas, ou que por qualquer forma possa perturbar a ordem pública.¹²³

A Primeira República foi marcada por vários conflitos sociais urbanos e rurais. Canudos no sertão da Bahia (1893-97), o Contestado no sertão de Santa Catarina e Paraná (1912-16); no Rio de Janeiro houve a Revolta da Vacina (1904) e dos marinheiros na Baía de Guanabara, conhecida como a Revolta da Chibata (1910). Todos eles foram violentamente aniquilados pelo Estado policial. Esse período de pós-abolição, de formação da classe operária, mas também dos muitos

¹²² APESE, BR SEAPES LDS V09 D04 – Lei 580/1910. Regulamento dos Divertimentos Públicos.

¹²³ Idem.

desempregados vivendo no campo e nas cidades foi marcado por intenso controle e vigilância do Estado. No artigo acima percebe-se que havia grande censura com relação a toda e qualquer manifestação cultural na cidade.

No Artigo 7º:

Nenhum teatro, casa de espetáculo, circo ou qualquer estabelecimento de caráter permanente ou provisório, que se destine a divertimento público, poderá ser franqueado ao público, sem que previamente seja exibido perante a autoridade policial competente [...].¹²⁴

A justificativa para essa medida era de que, dessa forma, pudessem as autoridades se certificar “de que foram observadas na construção [dos espetáculos], as medidas de segurança, higiene e comodidade exigidas pelas posturas municipais”.¹²⁵ Não se deve descartar que essas questões estivessem presentes na análise. Todavia, parece-nos que havia aí, sobretudo, a preocupação com o conteúdo dos espetáculos.

No capítulo V, o Regulamento trata “Das medidas de ordem”. Em seu artigo 26º ordenava-se: “É vedado o ingresso de pessoas embriagadas, as que se apresentarem com falta de asseio, as que não observem os preceitos da decência e as que, por qualquer modo, incomodem os espectadores”.¹²⁶ O Regulamento servia também como uma pedagogia sobre o modo de se comportar nos espaços públicos. Aos espectadores (Artigo 44º) dirigia várias determinações no. Entre elas:

§ 3º - permanecer em atitude correta, durante o espetáculo [...];

§ 9 – Não distribuir no recinto manuscritos, impressos ou gravuras sem licença da autoridade que estiver presidindo o espetáculo;

§ 10º

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

- Não recitar discursos, nem fazer declamações que perturbem a ordem e o sossego público;

§ 11º - Não fazer motim ou assuada¹²⁷, nem praticar outros quaisquer atos que interrompam o espetáculo ou possam comprometer a ordem e a segurança pública.¹²⁸

As orientações de natureza ética, moral e da “boa conduta” se associam aqui às questões de ordem política.

¹²⁷ “Ajuntamento de gente armada para fazer desordem e danos. Ajuntamento de dez ou mais indivíduos destinados a cometer violentamente qualquer crime”. Cf. Caldas Aulete, **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

¹²⁸ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros anos da República, Aracaju era uma pequena e pouco expressiva cidade do Brasil. Mas era a capital do Estado e, como tal, tinha o seu prestígio para os seus distintos moradores: funcionários públicos, senhores de engenho que tinham ali sua *maison*, os comerciantes e profissionais liberais. Na sua gênese fora constituída tendo como horizonte o progresso, a civilização e a modernidade. Sabemos que se tratava de um discurso dessa elite que buscava se impor diante de outros grupos políticos e econômicos tradicionais.

A abolição da escravidão e o florescimento econômico (ainda que tímido) da capital fez aumentar a população de pobres ao seu redor em busca de trabalho. A cidade então projetada – o ordenado quadrado de Pirro – foi se expandindo desordenadamente. Nada muito diferente do que se passava em outras cidades-capitais do Brasil.

Essa cidade, que na verdade eram duas, passa a ser um *locus* dos embates e conflitos que se estabelecem na vida prática e, também, simbólica: do civilizado contra o bárbaro, do progresso contra o atraso, do limpo contra o sujo, do belo contra o feio, das boas condutas contra as más condutas.

Nesta pesquisa elegemos como objeto de investigação os espaços de lazer, de modo a perceber neles como se manifestavam esses conflitos.

Procuramos mostrar como que as autoridades, mas também os formadores de opinião, sobretudo os jornalistas, estiveram preocupados em ordenar, normatizar e disciplinar as formas de lazer da população.

A exemplo das demais cidades do Brasil, Aracaju também criaria seus espaços de lazer: as praças públicas, os teatros, os cinemas e a própria rua, que servia para os festejos religiosos e o carnaval.

A festa do carnaval foi objeto de grande preocupação da elite aracajuana. Na sua fase do entrudo foi identificada como uma festa bárbara e selvagem, imprópria para uma cidade que se pretendia moderna e civilizada. Nos dias de carnaval os

foliões deviam, com efeito, “assombrar” as pacatas e recatadas famílias de aracajuanos com suas bebedeiras, cantorias e outras brincadeiras.

A substituição do entrudo pelo carnaval de desfile de blocos passou a ser a tônica nos discursos da imprensa local. O disciplinamento do carnaval com a adoção dos temas da “elevada” cultura clássica, dos mitos greco-romanos e símbolos aristocráticos tornaram-se regra nos desfiles dos blocos carnavalescos. O entrudo passou a ser proibido legalmente, muito embora suas práticas e brincadeiras, certamente, permaneceram, ou foram se transformando aos poucos, entre os populares.

Simultaneamente a esse disciplinamento do carnaval assiste-se em Aracaju a criação de muitos clubes privados. Tais clubes foram constituídos desde o princípio como locais cuidadosamente regrados e excludentes. Ainda que a exclusão não fosse declarada, as regras de ingresso dos associados, exigindo o letramento, vínculos sociais com os sócios já estabelecidos, pagamento de mensalidades, endereço certo, entre outras condições, demonstra a natureza classista das associações.

O lazer nesses clubes tinha o caráter das festas oficiais, onde tudo (ou quase tudo) passa a ser regrado: a hora do piquenique, do canto, do recital de poesia, da dança, do esporte etc. Como se referiu Mikhail Bakhtin, “o tom da festa oficial só podia ser o da sociedade sem falha”; uma festa que, na verdade, trai a verdadeira natureza do ato festivo.

Procuramos mostrar ao longo do trabalho que as festas e o lazer de uma forma geral foram objeto de grande preocupação da elite aracajuana e, por suposto, do poder público. Na virada do século XIX para o século XX, houve um esforço no sentido de ordenar e disciplinar todas as formas de lazer na cidade. A Lei número 580 de 1910, que tratava “do Regulamento para os divertimentos públicos”, é um marco nesse sentido.

Dentre tantas regras e normas ali instituídas, vale destacar o caráter policialesco no controle, vigilância e repressão às manifestações culturais da cidade. Toda a festa, fosse ela em espaços públicos ou privados, como clubes, cinemas e teatros, deviam passar pelo crivo da polícia antes de acontecerem.

Gostaríamos de ter trazido mais à reflexão o lazer praticado pelas classes populares, as festas de rua, dos botequins e de outras manifestações culturais espontâneas. Mas nossas fontes pouco tratavam delas. Uma invisibilidade que não significa ausência, mas que, ao contrário, só vem reforçar a exclusão a que estavam submetidas. Encontraríamos essas manifestações em outras fontes, talvez nos inquéritos policiais, ou mesmo nos processos judiciais, mas deixamos isso para um próximo trabalho.

Fontes e Bibliografia

Fontes

CEBRAP/FAPESP/IBGE **Recenseamentos do Império**: 1872 e 1890. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisas/medindo-a-criese-do-imperio-os-recenseamentos-gerais-e-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro-1870-1890/>

Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES

Mensagem do governador de Sergipe dirigida a Assembleia Legislativa do mesmo Estado no dia da instalação da 1ª sessão da 1ª legislatura. Aracaju: Typ. Da Gazeta de Sergipe, 1891.

_____. **Relatório do Hynspetor de Hygiene**, 1907.

_____.1893.

_____.1910.

_____,1913.

Autos de infração. Intendência municipal de Aracaju.1888 a 1892. CM6. Vol. 01. APES.

Decreto N. 536 de 3 de agosto de 1905. Regulamenta o Serviço de Higiene do Estado. Aracaju. Empresa do “O Estado de Sergipe”. 1905.

A razão. Estancia. Ano XVI, 28 de fevereiro de 1909.

A Notícia. Aracaju, edição nº 414, 10 ago. 1897.

Código de posturas da Intendência municipal de Aracaju, 1903.

Lei N. 580 de 17 de novembro de 1910 manda observar o regulamento para os divertimentos públicos. Aracaju: Typ. D’O Estado de Sergipe, 1910.

Regulamento N. 19 para o serviço de parques e jardins. Aracaju: Ets. Grap. José Lins de Carvalho, 1927.

O Monitor. Aracaju. Ano I, 16 de maio de 1889.

Biblioteca Pública Epifânio Dória – BPED

Regulamento para o Serviço do Asseio da Cidade e Remoção do lixo das casas.

Intendência Municipal de Aracaju. Aracaju, Typ. Do Estado de Sergipe. 1900.

Revista Vida Sportiva. Aracaju. 17 de agosto de 1918.

Estatuto da Companhia Anonyma Alhabra. Aracaju, Typ. Da “Gazeta de Sergipe”. 1891.

Estatutos do Clube Recreio Sergipano. Aracaju’. Typographia Commercial. 1898.

A Reforma. Aracaju, N.59, 19 de fevereiro de 1888.

_____. N.1099.17 de fevereiro de 1889 P. 2 e 3.

_____. N.112. 10 e março de 1889. P.3.

A Rua. Aracaju. Ano II, N.1. 2 de abril de 1911.

Diário da Manhã. Aracaju, 10 de dezembro de 1916

Folha de Sergipe. Aracaju. N. 334. 28 de agosto de 1910.

Gazeta de Sergipe. Aracaju, N. 22, de 28 de janeiro de 1890.

_____, Aracaju, N. 438, 8 de julho de 1891.

O Monitor. Aracaju, N. 1. 16 de maio de 1889.

O Republicano, Aracaju, Ano II, N. 95, 20 de março de 1890.

_____, Aracaju. 30 de maio de 1890.

_____, Aracaju. Ano II, N. 248, 28 de setembro de 1890.

_____, Aracaju, N.106. 13 de maio de 1893.

_____, Aracaju, N. 106, 13 de maio de 1893.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE

Estatutos da Sociedade Montepio dos artistas da cidade de Aracaju: Aprovadas as alterações pelo exmo. Presidente do Estado Dr. José Calazans. Aracaju: Tipografia Correio de Sergipe, 1893.

Folha de Sergipe. Aracaju, N. 99. 30 de abril de 1908.

_____, Aracaju, N. 328. 7 de agosto de 1910.

_____, Aracaju, N. 32. 7 de agosto de 1910.

_____, Aracaju, N. 334. 28 de agosto de 1910.

BNDigital

Gazeta de Sergipe. Aracaju. N. 438, 8 de julho de 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=810045&pesq=alhambra&pasta=ano%20189>

A Notícia. Aracaju, N. 175, 10 de outubro de 1896. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso: 30/08/2017.

_____, N. 414, 10 de agosto de 1897. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso: 30/08/2017

Correio de Sergipe. Aracaju. N. 27, 02 de janeiro de 1891. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso: 30/08/2017

Mensagem do governador de Sergipe para a Assembleia em 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873632&pesq=alhambra&pasta=ano%20189>

O Município. Aracaju, N. 38. 14 de julho de 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=810614&pesq=Uni%C3%A3o%20Prolet%C3%A1ria&pasta=ano%20189>

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ARAUJO, Paulo Henrique Santos. **Arranca e Filhos de Baccho: Aracajuanos na folia**. UFS: Aracaju, 1996. Monografia P. 9.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk, 2015.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo, Brasiliense. 1992.

_____. **“Permanência e ruptura no estudo das cidades”**. *Cidade & História*, Fau-UFBA. 1992

_____. **“As sete portas da cidade”**. *Espaço & Debates*, São Paulo, Neru, n. 34. 1992.

CALAZANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de.; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. **História e historiografia da arquitetura e da cidade**. In: IV ENARPARQ 2016. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3927861/mod_resource/content/2/Castro_Mello-2.pdf

CHARTIER, Roger, **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)**. Dissertação de mestrado em História. UFAL, 2016.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE (1912-2012)**. São Cristóvão UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

_____. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.

_____. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1989.

DOIN, José Evaldo de Mello *et al.* **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930)**. *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, n. 53. São Paulo, jan/jun, 2007.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. (2 vols)

FOUCAUT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONTES, Armando. **Os Corumbas**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 3. 2e. São Cristóvão: UFS; Aracaju IHGSE, 2013.

FREITAS, Barbara Sheila Gonçalves e. **A ocupação periférica do quadrado de pirro: Aribé (1901-1931)**. IN: *Revista do Aracaju*, Aracaju: FUNCAJU, Ano LX, n. 10, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro, 1926.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1969].

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. (org.). **Vida Divertida**: Histórias do Lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “**Presepe de sombras**” em Aracaju (Sergipe-Brasil): uma reflexão sobre exposições cinematográficas no início do século XX. Revista de História da UEG, v. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2134> acesso em janeiro 2018.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. (org.). Epifânio Dória: Efemérides sergipanas. Vol II. Aracaju: J. Andrade, 2009.

MELO, Victor Andrade de. (org.) Lazer: olhares multidisciplinares. Capinas: Editora Alínea, 2010.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1 ed. 1961];

NETO, Edvaldo Alves de Souza. **Ô levanta nego, cativo se acabou**: experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição (1888-1900) / Dissertação (mestrado História) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2008.

_____. **Sergipe Provincial II** (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Mulgraf, 1993.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju** (1855-1865): ensaio de evolução urbana. 2.ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imaginário da cidade**: representação do urbano (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre). Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1999.

_____. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil (1890-1930) 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1977.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, 2001.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **Hygiene, Saúde e Belleza: preocupações eugênicas na cidade de Aracaju (1910-1920)**. UFS: Aracaju, 1998. Monografia.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: UFS, 2013.

SANTOS, Maria Nely. **Aracaju na contra-mão da Belle Époque**. Revista de Aracaju. Ano LIX, n. 9, 2002.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle – política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; Id. *Pensando com a História*: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na primeira Republica. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003;

SILVA, Ana Lícia de Melo. Imprensa oficial do Estado de Sergipe: 123 anos. Aracaju: EDISE, 2018.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

SILVA, Marcos Ruiz da. Lazer nos clubes sócio-recreativos. São Paulo: Factash editora, 2009.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Em nome do progresso e da Liberdade**: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930). 1993. 99f. Monografia (especialização em Ciências Sociais) – Núcleo de pós-graduação em ciências sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

STOPPINO, Mario. “Poder”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: EdUnB, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar**: as palavras de ordem da Pedagogia Moderna em Sergipe (1900-1935). Revista do IHGSE, n. 34, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.